



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

125ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.
21 de Junho de 2017.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotípiá

1 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom dia
2 senhoras e senhores. Bom dia. Eu queria convidar o secretário José Pedro. Está
3 aqui o José Pedro. Cadê o Edson Duarte? Bom, chegando o Edson para compõe
4 a mesa. A Doutora Suely, nosso consultor jurídico Rafael. Lamentavelmente hoje
5 nós não vamos ter a presença do Ministro Sarney Filho. Como a maioria dos
6 senhores sabem ele está acompanhando o presidente Temer em uma viagem
7 oficial à Rússia e à Noruega, o nosso Secretário-Executivo está cumprindo a
8 agenda de Ministro. Então, eu peço a gentileza dos senhores para falar aqui em
9 nome do Ministro Sarney Filho uma mensagem que ele deixou que eu passasse
10 aos senhores. Bom dia senhoras e senhores, em nome do Ministro do Meio
11 Ambiente Sarney filho declaro aberta a 125ª Reunião ordinária do Conama
12 saudando os Conselheiros e todos os nossos convidados. E nesse mês
13 comemoramos o dia mundial do meio ambiente e apesar das dificuldades que
14 enfrentamos e dos desafios que temos pela frente, há muito que a comemorar do
15 que foi realizado neste ano de gestão do Ministro Sarney. O trabalho do Ministério
16 do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas têm sido marcado pelo combate
17 ao desmatamento e pelo fomento ao desenvolvimento sustentável e de uma
18 economia verde, que alia a melhoria das condições de vida da população através
19 de geração de emprego à proteção de recursos naturais. Para isso os órgãos de
20 fiscalização estão sendo fortalecidos, Unidades de Conservação têm sido criadas
21 e ampliadas, o turismo nos parques nacionais está sendo qualificado, temos
22 também o licenciado florestas para o manejo sustentável de madeira, estimulado a
23 atividades extrativistas, incentivando as fontes limpas e renováveis de energia,
24 buscando aprimorar o licenciamento ambiental de forma favorável tanto para o
25 setor produtivo quanto para o meio ambiente. Estas ações integram-se aos
26 compromissos internacionais do Brasil com especial destaque para o Acordo de
27 Paris Sobre Mudança de Clima e a Convenção Sobre Diversidade Biológica.
28 Conforme previsto no Código Florestal completamos o povoamento do Cadastro
29 Ambiental Rural, CAR e passamos à fase dos programas de regularização
30 ambiental que irão contribuir para a recuperação de áreas legalmente protegidas,
31 Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal nos imóveis rurais do País.
32 Lançamos o Programa Plantadores de Rios, desenvolvido pelo Ministério do Meio
33 Ambiente pela equipe do Serviço Florestal Brasileiro, em parceria com a
34 Universidade Federal de Lavras, UFLA. O programa visa proteger e recuperar
35 nascentes e Áreas de Preservação Permanente dos cursos d'água combatendo a
36 crise hídrica. Grande parte da sociedade brasileira considera as florestas
37 importantes para os rios, pesquisas realizadas pelo Inventário Florestal Nacional
38 mostram que a população reconhece essa relação, mais de 70% dos
39 entrevistados responderam que o principal serviço ambiental prestado pelas
40 florestas é a produção de água e a proteção de nascente. Já contamos com 113
41 milhões de reais captados com apoio internacional e lançaremos para a captação
42 de recurso e (...) novos editais para recuperação de nascentes e APP hídricas. O
43 programa se valerá dos dados do Sicar e já tem mais de 15 milhões hectares de
44 Áreas de Preservação Permanente mapeadas das quais mais de 6 milhões de
45 hectares precisam ser recuperados. Foram também cadastrados no sistema, o

46 Sicar, com suas condições de preservação determinadas cerca de um milhão e
47 meio de nascentes. Apoiamos a construção do programa em três eixos, o primeiro
48 é o manejar, voltado para a disponibilização de insumos, sobretudo, a obtenção de
49 sementes. O segundo eixo representado pelo Muda que Muda, que mapeia e
50 fomenta o conjunto de iniciativas voltadas para recomposição de APPs hídricas,
51 coordenando os diferentes esforços evitaremos sobreposições e identificaremos
52 lacunas e potenciais arranjos institucionais aumentando a amplitude e a eficácia
53 dos trabalhos. O aplicativo Plantadores de Rios é voltado para participação social
54 nas ações de recuperação dos rios e nascentes. Terceiro eixo do programa.
55 Acessado através de telefone celular ele coloca em contato os detentores de
56 imóveis rurais inscritos no Sicar e que necessitem recompor Áreas de
57 Preservação Permanente com pessoas e instituições que queiram investir na
58 proteção e recuperação das nascentes, incluindo prestadores de serviços e
59 fornecedores de insumo. Como resultado de um trabalho competente e articulado
60 do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio ampliamos em menos de um ano as
61 áreas protegidas do País em quase 350 mil hectares. Concretizamos a criação e
62 ampliação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, abrangendo
63 diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Marinha
64 Costeira. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, foi ampliado
65 em quase 4 vezes o seu tamanho atual, passando de 65 mil hectares para 240
66 mil. Essa ampliação protege o Cerrado, um bioma seriamente ameaçado e
67 consolida a sua condição de sítio de patrimônio natural da humanidade da
68 Unesco. Recentemente incluímos o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses na
69 lista dos candidatos brasileiros a esse título. Outras unidades ampliadas foram a
70 Estação Ecológica do Taim, que foi reconhecida esse ano como um novo sítio
71 Ramsar, no Brasil. A Reserva Biológica União, no Rio de Janeiro, onde vive o
72 Mico-Leão Dourado. Criamos o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, no
73 Pará, com 79 mil hectares, na região de Carajás, rica em minerais e importante
74 patrimônio historiográfico. Em agosto do ano passado foi criado o Refúgio de Vida
75 Silvestre, do Arquipélago de Alcatrazes, no litoral norte de São Paulo, uma antiga
76 reivindicação dos ambientalistas com mais de 67 mil hectares. Na Conferência de
77 Oceanos este mês o Brasil lançou entre seus compromissos voluntários uma
78 proposta inovadora de mecanismos financeiros para a gestão sustentável dos
79 oceanos, o Fundo Azul, para ampliar o desenvolvimento sustentável e a
80 conservação da biodiversidade marinha em áreas protegidas brasileiras e
81 fomentar a criação de novos espaços conservados. O Ministério juntamente com a
82 ANA, Agência Nacional de Águas, o Governo do DF, Distrito Federal e o Conselho
83 Municipal da Água está empenhado em realizar o maior encontro sobre água de
84 todos os tempos, o 8º Fórum Mundial da Água em março de 2018, que acontecerá
85 pela primeira vez em um País do hemisfério Sul. Será uma grande oportunidade
86 para a discussão democrática e a troca de experiências entre os diversos países e
87 entidades sobre essas questões que envolvem os recursos hídricos. Senhoras e
88 senhores, estamos vendo um aumento significativo de reuniões das diferentes
89 Câmaras Técnicas do Conama, as matérias em discussão vão desde padrões de
90 qualidade ambiental à medidas para controle do uso da fauna brasileira, além de
91 um esforço grande de revisão das resoluções do Conama que podem ter sido

92 impactadas pela legislação atual. Um primeiro relatório desse trabalho de revisão
93 será apresentado hoje incluindo propostas para deliberação pelo Conselho, e uma
94 agenda intensa de trabalho continuará este ano para a conclusão da revisão.
95 Outras duas matérias estão pautadas para deliberação, uma sobre critérios para
96 produção de compostos de resíduos sólidos, orgânicos, e outra sobre o uso de
97 queima controlada em incidentes de poluição por óleo no mar. Também teremos
98 informes a serem feitos pela Agência Nacional de Águas sobre o Fórum Mundial
99 da Água, pelo Serviço Florestal Brasileiro sobre os programas de regularização
100 ambiental, e pela Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidades Ambiental sobre a
101 coleta de óleo e o lubrificantes usados. Assim, desejo a todos uma reunião
102 bastante proveitosa reforçando a importância e o caráter democrático do Conama,
103 fundamental para a adequada implementação da Polícia Nacional do Meio
104 Ambiente. Muito obrigado.

105

106

107 *(Palmas!)*.

108

109

110 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom, isso posto
111 vamos começar a nossa reunião, do ponto de vista da agenda, nós queremos
112 fazer agora a apresentação dos novos Conselheiros... Pedir à Doutora Ana que
113 faça a leitura dos novos Conselheiros do Conama. Sejam bem-vindos.

114

115

116 **A SR^a. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DConama/MMA)** – Bom dia a
117 todos. Vamos começar a leitura. Tenente Coronel Sandro Rogério Delmonico,
118 Comando da Aeronáutica. Eu peço que se tiver que se identifique, por favor.
119 Coronel Marconi Gomes Stefanel, Comando do Exército. Tenente Alessandro
120 Sales da Silva. Pelo Ibama, Larissa Amorim dos Santos. Ministério da Agricultura,
121 Pedro Alves Corrêa Neto. Bem-vindo. Cristian Nielson Faria Lombardi. Ministério
122 da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicação, Vincenzo Maria Lauriolo. Bem-
123 vindo. Ministério dos Direitos Humanos, Leonardo Passinato e Silva. Bem-vindo.
124 Bruna Elis da Silva Lopes, Barbara Roberto Stanislau. Pelo Ministério de Minas e
125 Energia, Maria José Gazzini Salum. Ministério das Relações Exteriores, Marcelo
126 Bohlke. Eu não sei se falei certo. Luciano Melchert Saguas Presas. Bem-vinda.
127 Secretaria Geral da Presidência da República, Tarcísio Freitas e Paula Graciete
128 de Oliveira Passos. Pelo Governo de Alagoas, Carlos Eduardo Gomes Barreto.
129 Governo da Bahia, José Geraldo dos Reis Santos. Governo do Maranhão, Ana
130 Cristina Cardoso dos Santos Fontoura. Governo do Paraná, Antônio Carlos
131 Bonete. Governo de Sergipe, Elísio Marinho dos Santos Neto. Obrigada.

132

133

134 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
135 Sejam bem-vindos os Conselheiros e conselheiras. Temos agora o momento de
136 aprovação da transcrição da ata da reunião 124 de 15 de março de 2017. Alguém
137 tem alguma consideração a fazer? Algum pedido de retificação? Considero

138 aprovada, então. Bom, vamos abrir a tribuna livre, nós temos aqui uma série de
139 inscritos. Vamos trabalhar na hipótese de 2 a 3 minutos, eu peço a gentileza dos
140 senhores porque nós já começamos um pouco tarde. Pela ordem eu tenho a
141 Doutora Zilda Veloso, a minha colega do Ministério do Meio Ambiente. E em
142 seguida o Doutor Bocuhy.

143

144

145 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada, Deusdará. Eu vou ser
146 rápida. Eu venho aqui pedir a atenção dos senhores para tentar fazer com que a
147 emoção não me pegue. Nós perdemos no mês passado um grande amigo, colega
148 do Conama, o engenheiro Pedro Penteado de Castro Neto, que faleceu
149 prematuramente, engenheiro civil formado pela Politécnica de São Paulo, atuou
150 por 40 anos na Cetesb, um dos maiores especialistas que este País já teve em
151 resíduos perigosos e áreas contaminadas. Nos deixou prematuramente. Foi
152 Conselheiro da Câmara Técnica, antiga Câmara Técnica de Controle Ambiental, e
153 também da Câmara de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos. Costumava
154 ligar para ele com muita frequência pedindo esclarecimentos acerca da Resolução
155 420, e sempre fui muito bem recebida. Eu acredito que todos aqueles
156 conheceram, ele vai deixar uma boa recordação para o nosso coração. Eu pediria
157 que a manifestação desse Conselho chegasse à Cetesb, aos seus colegas, à sua
158 família, aos seus filhos, Marcelo, Fernanda e Júlia, e pediria uma salva de palmas.

159

160

161 *(Palmas!).*

162

163

164 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Zilda.
165 Doutor Bocuhy e em seguida o Doutor Daniel, por gentileza.

166

167

168 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia a todos os
169 senhores e senhoras. Eu queria dizer que nós estamos entrando mais um inverno,
170 hoje é o dia mais curto do ano e a noite mais longa também. E é nesse período
171 que se acirram as mortes em São Paulo em função da poluição atmosférica. A
172 média de paulista que morem por ano é de aproximadamente 45 por dia. No
173 período do inverno em São Paulo morrem o equivalente a esse auditório de
174 paulistas por dia, principalmente crianças e idosos em função da poluição
175 atmosférica. Um dos principais elementos mais agressivos que provocam essa
176 morbidade é o material particulado decorrente da queima incompleta do diesel. Eu
177 já disse isso nessa plenária diversas vezes e vou usar esta Plenária quantas
178 vezes for necessário em defesa dessas pessoas que morrem e não têm proteção
179 contra esse tipo de agente, que é a poluição democrática que a atinge a todos.
180 Nós já pedimos ao Ministério do Meio Ambiente diversas vezes uma força
181 emergencial para enfrentar o que nós entendemos como sendo uma emergência
182 sanitária. Quando nós falamos de 17 mil paulistas por ano, e nós falamos de 4.600
183 paulistanos por ano isso tem que ser tratado de forma emergencial porque é o

184 equivalente a uma guerra, é o equivalente ao conflito armado, nós temos isso
185 instalado no meio da nossa sociedade hoje e eu tenho a lamentar que ao longo
186 dos anos, ao longo dos tempos o Ministério do Meio Ambiente foi sempre muito
187 ligado à questão da biodiversidade, à proteção das florestas, isso é uma agenda
188 que eu defendo fortemente, a minha instituição tem defendido também, mas nós
189 vivemos outros tempos, nós estamos hoje em um processo em que
190 reconhecidamente a intensidade das atividades humanas no planeta levam a esse
191 novo perfil necessário ao Ministério do Meio Ambiente, às instituições também de
192 controle ambiental que é a sinergia. A cumulatividade dos impactos e etc., que
193 ocorrem principalmente no fenômeno das macrometrópoles. Eu estou falando aqui
194 de atenção para uma região, uma macrometrópole com 153 Municípios e 30
195 milhões de pessoas, e que caminha nos próximos anos, se nós pensarmos aí o
196 censo do IBGE e na projeção futura, em 2056 nós teremos 50 milhões de pessoas
197 nessa grande macro metrópole com todos os impactos que são inerentes a esse
198 processo. Então, enfrentar essa nova era do antropoceno, enfrentar esse novo
199 desafio que é a questão dos impactos em grandes populações, é uma questão
200 prioritária. E mais uma vez eu faço um apelo ao Ibama, que cumpra o que nos foi
201 prometido de uma visita à São Paulo, ao Ministério Público Federal, ao Grupo que
202 está criado no âmbito do Ministério, outras autoridades em São Paulo também,
203 para que nós possamos desenhar, não aqui mudança de legislação, é um plano
204 emergencial para enfrentar a situação da poluição atmosférica. Nós temos essas
205 medidas para contar com especialistas e etc. Obrigado, pelo espaço.

206
207

208 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu pediria, o
209 próximo é o Conselheiro Daniel. Eu pediria, por gentileza, que nós cumpríssemos
210 um pouco o acordo de convivência, tentar falar nos 2 minutos porque já temos
211 uma pauta extensiva e começamos um pouco tarde. Então, na ordem Daniel e
212 depois o Conselheiro Mourão. Daniel não está presente? Por favor Mourão e em
213 seguida o Monsã. Mourão. Também não. Desculpa. Monsã, por gentileza. E em
214 seguida a Lisiane, só para nós podermos já ir organizando. Você e o último.

215
216

217 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – Bom dia. João Batista
218 Monsã, da Ademasp. Ontem na reunião preparatória o nosso companheiro
219 esclareceu o problema que eu ia abordar, a respeito da Samarco, no Vale do Rio
220 Doce. Então, parece que foi fundada uma entidade, uma fundação para tomar
221 conta. Só que essas informações não chegaram para nós aqui. Então, fico
222 prejudicada a minha manifestação. Obrigado.

223
224

225 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Lisiane, por
226 gentileza, depois o Francisco Soares, da Furpa.

227
228

229 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia. Mais uma vez
230 passou o dia da Mata Atlântica, o dia 28 de maio, mas um ano se passou que não
231 fosse implementada a Lei da Mata Atlântica. Está criada em lei. Mais um ano que
232 nós tivemos retrocesso de desmatamentos, principalmente na Mata Atlântica. Mais
233 um ano em que nós não adequamos o Mapa IBGE 2004 com a Lei da Mata
234 Atlântica, o IBGE o mapa de aplicação da lei do IBGE 2008. Mais um ano sem
235 avanços ambientais significativos. E paradoxalmente enquanto a sociedade civil
236 valoriza o ambiente natural protegido e se esforça em perpetuar propriedades, não
237 estou falando propriedades, suas propriedades, em Unidades de Conservação, e
238 aqui eu faço uma ressalva que nós teremos agora semana que vem aqui em
239 Brasília, no dia 29 e 30 o 1º Fórum Nacional de Reservas Particulares do
240 patrimônio Nacional, particulado, patrimônio natural, ou seja, proprietários que
241 querem tornar suas áreas protegidas, que é para a promoção do ICMBio com a
242 apoio da Confederação Nacional dos Proprietários de RPPMs, nós viemos, ao
243 contrário, que aqui haviam as manobras daqueles que deveriam zelar pelo bem
244 comum do povo em reduzir as unidades, o tamanho das Unidades de
245 Conservação, e até a dificultar a criação de novas. Então, aqui em nome da Rede
246 Mata Atlântica, de ONGs da Mata Atlântica, da qual eu faço parte, o nosso
247 estamos colocando, deixamos registrado aqui nosso repúdio a essas tentativas
248 através de Medidas Provisórias que são ilegais, para esse fim, e também contra
249 essa proposta do Projeto de Lei que está já foi anunciado pelo Ministro. Deixar
250 registrado nosso repúdio enquanto Rede de ONGs da Mata Atlântica e convidando
251 todos, já estão esgotadas as inscrições para essa tentativa dos cidadãos de terem
252 áreas protegidas já que parece que quem deveria fazer, que é o poder público,
253 está reduzindo em vez de manter e melhorá-las. Obrigada.

254

255

256 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
257 Lisiane. Está registrado. Eu chamo o companheiro Soares, Furpa, em seguida o
258 meu amigo Ronaldo Vasconcellos. Só para ficar preparado, por gentileza.

259

260

261 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Bom dia a todos. Francisco
262 Soares, Fundação Rio Parnaíba. Antes da tudo eu queria só anunciar o
263 falecimento do Coronel Borges de Castro, que o Deusdará conhecia, era um
264 técnico do Ibama, ex servidor da Sema aqui de Brasília, ambientalista que faleceu
265 no Piauí de forma, em plena atividade no Ibama. E deixou uma grande lacuna,
266 também era da Fundação Rio Parnaíba, um ambientalista conhecido do Ibama, do
267 Brasil todo. Pois bem, mas vemos levar aqui a situação da questão do Piauí, a
268 questão da Região Nordeste. No Piauí nós temos (*falha no microfone*) o Comitê
269 da Bacia do Rio Parnaíba. Esse Comitê está em fase de implantação, o Governo
270 do Maranhão já teria assinado a adesão, a Portaria do Governo Estado do Ceará,
271 não sei se já assinou. O certo é que a Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba até hoje
272 o Comitê não foi instalado. O que nós temos de notícia boa agora é que o Senador
273 Ermano Ferer apresentou Projeto de Lei 67/2017 e para instituir norma para
274 revitalização da Bacia do Rio Parnaíba, que eu peço o empenho do Ministério do

275 Meio Ambiente e do Ibama no sentido de dar uma assessoria ao Senado para
276 viabilizar a aprovação desse Projeto de Lei do Senador Ermano Ferrer. Então,
277 vamos à outra questão que já está com mais de 10 anos e não consegue sair
278 ainda do discurso. Há 10 anos, pouco provavelmente, que foi aprovado pelo
279 Conama uma moção pedindo a criação do Parque Nacional da Serra vermelha
280 que fica perto de São Raimundo Nonato, a terra do Doutor Deusdará, fica perto da
281 Serra das Confusões, a própria Secretaria de Biodiversidade e Florestas aprovou,
282 foi minutado um Decreto há uns 10 anos atrás e lamentavelmente esse Decreto
283 não saiu. Por que? Lá é diferente da Serra das Confusões e da Serra da Capivara,
284 lá tem uma similaridade diferente, a presença do (...) a presença de três biomas
285 que não tem em Minas Gerais, na terra do meu amigo Vasconcelos, a presença
286 de Cerrado, da Caatinga, e da Mata Atlântica Brasileira que está aqui o nosso
287 amigo da SOS Marta Atlântica, sabendo que lá naquela região tem a maior
288 biodiversidade do Nordeste e não se virou um parque e, embora o governador do
289 Piauí já aceitou a proposta do seu subsecretário de meio ambiente que está aqui
290 presente, aceitou a proposta, a justiça federal lá no Piauí fez duas audiências
291 cobrando do Governador do Estado, Edson, que esse parque se transforme em
292 Parque Nacional. Lamentavelmente nós estamos com medo de outra manobra
293 que antes para incorporar a Serra das Confusões para não virar um parque,
294 esperando, cadê o representante do Instituto Chico Mendes? Está aqui. O
295 Ministro em novembro pediu para o representante do Instituto Chico Mendes que
296 fizesse alguma coisa para que esse parque saísse do papel e virasse realidade.
297 Quem conhece a publicação do Bioma Mata Atlântica, a capa do bioma da Mata
298 Atlântica do bioma dos 17 Estados, aquela foto linda é a Serra Vermelha. A Serra
299 Vermelha virou cartão postal nacional e não vira parque. Eu ia pedir o apoio e o
300 empenho do Deusdará, do próprio Edson, para o Ministro quando voltar cobrar do
301 Ministro que o Instituto Chico Mendes não deixe fazer mais uma manobra que já
302 fizeram há uns 4 anos atrás para não virar um parque, os ambientalistas estão
303 fartos de promessas e a coisa não acontece. Muda presidente e muda Ministro e o
304 parque não sai. Virou o parque para os brasileiros, mas não virou para o Governo
305 brasileiro. O parque federal. Muito obrigado.

306

307

308 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
309 conterrâneo. Abraço. Doutor Ronaldo Vasconcellos, em seguida a Dra. Zuleica.

310

311

312 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Ronaldo
313 Vasconcellos, Organização Ponto Terra, Belo Horizonte. Conselheiras e
314 Conselheiros, mesa diretora ampla, competente e diligente e paritariamente
315 composta em termos de gênero, eu queria dizer que em março deste ano eu vim a
316 esta tribuna para elogiar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e
317 Desenvolvimento Sustentável do meu Estado de Minas Gerais, porque tinha
318 editado àquela época a deliberação normativa 213/2017 tratando, depois de
319 muitas conversas, audiências, e interlocuções, a DN que trata da municipalização
320 da questão do licenciamento ambiental do Estado de Minas Gerais. Não vou

321 entrar na questão de mérito, até porque o elogio está feito, está registrado e fica
322 ratificado, não sou nenhum inocente para achar que a municipalização resolve
323 todas as questões. Mas, eu volto a esta tribuna, mesa diligente e competente,
324 para elogiar novamente a mesma Semad e servir de exemplo para os Estados e
325 para os Municípios porque no mês de abril ela editou, a Secretaria, a Deliberação
326 Normativa 214/2017 tratando das diretrizes da elaboração e da execução da
327 Política de Educação Ambiental na questão dos licenciamentos ambientais. A
328 nova Deliberação Normativa 214/2017 sucede a Deliberação Normativa 110/2007
329 e de uma maneira mais ampla, de um maneira mais objetiva, de um maneira mais
330 com conteúdo e ao mesmo tempo atingindo, orientando o empreendedor nesse
331 sentido. Então, eu queria louvar novamente a Secretaria de Estado, do meu
332 Estado por esta Deliberação Normativa. E dizer que serve de exemplo para os
333 outros Estados, nós vamos ter agora, o Secretário Edson Duarte esteve conosco
334 ontem com uma técnica em competente, Neusinha, falando sobre o Encontro
335 Nacional que nós vamos ter de educação ambiental em Camboriú, no dia 17 a 20
336 de setembro, é importante que as pessoas entendem dessa questão e comecem a
337 praticar. A sociedade civil, o Governo e também o lado empreendedor que não
338 estava praticando em Minas porque não estava sendo cobrado pelo Governo de
339 Estado. Tivemos esse interregno então de 2007 a 2017. Deliberação Normativa
340 214/2017, eu estou repetindo para ser professoral, porque eu acho um bom
341 exemplo. E antes que aqueles devotos de São Matheus, primeiro os meus, os
342 devotos de São Tomé venha para crer, eu não tenho nenhuma ligação pessoal, de
343 nepotismo, partidária, não tenho cargo no Estado, não quero ter cargo no Estado e
344 nem sei se mereço. Eu quero deixar muito claro a condução competente que o
345 secretário Jairo Isac, o Secretário Adjunto Germano Vieira estão fazendo na
346 Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. E para dizer àqueles que
347 me conhecem como político, não tenho também nenhuma ligação partidária com o
348 Governo, mas é preciso, Deusdará, elogiar quando merece elogio a ser feito. Eu
349 quero deixar isso muito claro. Tem a hora de morder e tem a hora de soprar,
350 nesse momento eu estou querendo soprar para a Secretaria Estadual de Meio
351 Ambiente do meu Estado.

352

353

354 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito Obrigado,
355 Doutor Ronaldo. Por gentileza, eu chamaria a Doutora Zuleica e em seguida o
356 representante da Anamma, o querido Rogério Menezes.

357

358

359 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Bom dia a todos. Eu venho aqui em nome
360 de várias redes brasileiras e de mais de 300 pessoas que assinaram a petição, eu
361 vou citar aqui as redes que estou representando nesse momento, o FBOMS o
362 Fórum Brasileiro de ONGs e o Movimentos Sociais para Meio Ambiente e
363 Desenvolvimento Sustentável, criado na Rio Mais 20. Não, desculpe, na Rio 92,
364 um dos mais antigos fóruns do Brasil. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental,
365 Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, o Fórum
366 do Movimento Ambientalista do Paraná, o Fórum dos Atingidos pela Indústria do

367 Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara, e o Grupo de
368 Trabalho sobre Segurança Química e Saúde Ambiental, GT Químicos. Eu trabalho
369 na área mais de segurança química e meio ambiente, saúde, estamos muito
370 preocupados com a pauta de hoje, esse é o nosso tema e é o tema, o objeto da
371 petição, que eu vou aqui protocolar ao Doutor Deusdará, porque pedimos o
372 sobrestamento de matéria, não fomos atendidos, nenhuma resposta veio até nós
373 até agora. Há possibilidade, existe essa possibilidade. Os problemas são muito
374 grandes. Começo com o problema grave da condução das discussões. Acredito
375 que os conflitos começam por aí. Toda a área de segurança química do Ministério
376 está paralisada. A Convenção Nacional de Segurança Química não teve qualquer
377 reunião este ano, ela tem 4 reuniões por ano, nós estamos em junho e não
378 tivemos nenhuma. O GT Mercúrio, que acompanha a implementação, os
379 desdobramentos da Convenção sobre Mercúrio, que o Brasil ainda não ratificou,
380 mas se comprometeu diante o Pnuma a envidar esforços até que ratifique. Então,
381 possa envidar esforços de implementação, não se reuniu mais, quase um ano. O
382 GT Chumbo nas Tintas, que foi criado para atender a uma ação civil pública do
383 Ministério Público Federal de Paraná pela implementação de um lei que o
384 Governo nunca implementou, exigindo contra a União, esse GT Chumbo também
385 não se reuniu mais, portanto, não teve a ata da sua última reunião aprovada.
386 Teremos que informar o juiz. Então, esse descaso com a área de segurança
387 química está gerando uma série de desconfortos, muito desconforto para a
388 sociedade e estamos muito revoltados com essa gestão tão descuidada de um
389 tema tão importante que são as convenções químicas e internacionais, que
390 precisam ser implementadas em nível, na hora de construir a legislação nacional e
391 quando viemos para o Conama nós vemos o menosprezo completo das premissas
392 com as quais nos comprometemos quando ratificamos esses tratados. Então, o
393 que vemos é o desprezo completo das obrigações que assumimos. Eu gostaria
394 de... Essa petição eu gostaria que fosse colocada na pauta dessa reunião, que
395 fosse publicada nos documentos dessa reunião, por favor. Ok? Obrigada?

396
397

398 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,
399 Doutora Zuleica. Nós temos agora inscrito o Rogério, da Anamma.

400
401

402 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (Anamma Nacional)** – Bom dia a todos
403 e a todas. Eu queria pedir licença para cumprimentar a todos na mesa nas
404 pessoas da Doutora Suely, Presidente do Ibama e do Secretário Edson Duarte,
405 tenho aqui o José Pedro e através de vocês, os demais. Cumprimentar a todos
406 que estão participando dessa reunião na pessoa da ali do Deusdará e do Mário
407 Mantovani, que está lá conversando no momento aqui. Eu estou te citando, meu
408 caro, cumprimentar a todos os Conselheiros e Conselheiras. E a minha breve fala
409 aqui é para reforçar o meu convite a todos para o Fórum Brasil de Gestão
410 Ambiental que acontece daqui há 3 semanas, estamos a 20 dias do evento, em
411 Campinas, numa organização que envolve, liderada pela Anamma, Abema, Frente
412 Nacional de Prefeitos, Ministério do Meio Ambiente e outras 20 entidades, são

413 mais de 400 eventos simultâneos, 3 dias de trabalho, e nessa oportunidade
414 acontecerá também a eleição da Diretoria da Anamma, aproveito aqui para pedir
415 ajuda de vocês na divulgação aos senhores gestores municipais de meio
416 ambiente. Nós temos 343 secretários municipais com presença já confirmada em
417 Campinas, e acontecerá o 25º Encontro Nacional da Anamma onde elegeremos a
418 Diretoria para o biênio 2017/2019. A todos aí pelo apoio que puder ser dado, eu
419 farei o envio dos contatos que eu tenho dos senhores Conselheiros, peço licença
420 para fazê-lo e ali tem todas as informações sobre a programação e inscrições que
421 são gratuitas, estamos com mais de 1100m inscrições antecipadas para esse
422 evento e teremos de mais de 5.000 pessoas reunidas em Campinas no Fórum
423 Brasil de Gestão Ambiental. Muito obrigado.

424

425

426 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
427 Rogério, esse registro é realmente importante, é um fórum que vai, esse momento
428 ímpar.

429

430

431 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (SOS Mata Atlântica)** – Deusdará vai estar presente
432 no evento, Suely também, todos nós secretários e vamos falar do PCFA lá e do
433 Cadastro Ambiental Rural. Que temos que fazer a propaganda. Pessoal, bom dia,
434 estou aqui também em nome da Anama, que eu tenho a oportunidade de ser um
435 dos grandes parceiros na fundação, e muitos que estão aqui nos ajudaram a criar
436 essa iniciativa. A notícia que eu trago para vocês já de muitas histórias que nós
437 fizemos aqui neste Conama desde os anos 80, quando trouxemos o espaço,
438 desde 86, 88, quando nós trouxemos as primeiras notas para trazer a criação dos
439 biomas na Constituição Brasileira, de ter um capítulo de meio ambiente. A partir
440 disso toda a luta da Mata Atlântica, muitas delas feitas aqui dentro desse plenário,
441 nós conseguimos a legislação, a Lei da Mata Atlântica que foi a lei feita pela
442 sociedade civil, feita pelos parceiros e muitos dos secretários, muitos daqueles
443 que participam do Conama. E tivemos um grande resultado com a
444 regulamentação dos Estados, tivemos um avanço muito grande a ponto de nos
445 últimos 10 anos nós termos praticamente 9 Estados Brasileiros com
446 desmatamento zero na Mata Atlântica. Não estou falando daqueles
447 desmatamentos autorizados, dos desmatamentos não autorizados. E tivemos a
448 péssima notícia este ano da volta do desmatamento na Mata Atlântica, aliás, não
449 só na Mata Atlântica, em todos os biomas brasileiros tivemos um retrocesso. E
450 aqui eu queria lembrar algumas questões bem rápidas para nós falarmos, nós
451 tivemos com a mudança do Código Florestal, analisando os dados da CAR agora,
452 Conselheiros e Conselheiras, importante esse dado, que a Esalq em Piracicaba
453 levantou que o Imaflora trabalhou, nós perdemos 41 milhões de hectares, estamos
454 para perder 41 milhões de hectares em todos os biomas brasileiros só em reserva
455 legal e em APP, com as alterações que foram feitas no Código Florestal. 4 vezes
456 maior que a meta brasileira de restauração que nós temos como compromisso
457 feito na NDC brasileira. Na Mata Atlântica esses dados chegam a 29 milhões de
458 hectares. Para vocês terem uma ideia, a maioria das propriedades pequenas e

459 grandes. Essa anistia gerada, mesmo com a linha de corte de 2008 está causando
460 um dos grandes problemas estamos registrando hoje no Cadastro Ambiental
461 Rural, é um dos maiores escândalos ver o ponto que nós estamos chegando
462 agora com relação ao desmatamento na Mata Atlântica. Então, eu queria dizer,
463 nós vamos entregar formalmente ao Conama, Deusdará, os dados da SOS Mata
464 Atlântica com o levantamento de todos os Estados, os Conselheiros que tiverem
465 interesse nos seus Estados de receberem esses dados, os shapes com essa
466 notícia podem nos solicitar. E só para lembrar, nós fazemos isso em parceria com
467 o INPI desde 1985, começamos a fazer em escala 1 para 350 mil, hoje já estamos
468 na escala de 1 para 50 mil, descendo para 25 mil, hoje qualquer alteração na Mata
469 Atlântica, em estágios sucessoriais secundários médio e avançado, como está no
470 mapa IBGE, que a Lisiane chamou atenção aqui, nós hoje conseguimos monitorar
471 ano e estamos disponibilizando para todos aqueles Estados que quiserem esses
472 dados. É um momento muito grave que estamos passando, chamar atenção
473 porque o Conama fez esse trabalho muito sério de trazer a Lei da Mata Atlântica
474 como um instrumento de gestão territorial, de manejo de paisagem e tudo, e nós
475 agora estamos vendo esse retrocesso. Além de todos que já vemos com o
476 licenciamento ambiental, vários outros. Então, obrigada.

477

478

479 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Importante
480 registro. Eu vou finalizar a tribuna livre com a Luciana Peixoto, da Confederação
481 Nacional de Município e já antecipo nos agradecimentos a todos que participaram
482 da tribuna pela disciplina na questão do horário e pela firmeza e objetividade dos
483 seus registros.

484

485

486 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Bom dia a todos e a
487 todas. Cumprimento a mesa, os Conselheiros também. A CNM gostaria de deixar,
488 eu sou engenheira ambiental, técnica em meio ambiente e saneamento da
489 Confederação Nacional de Municípios. Nós estamos aqui muito preocupados com
490 essas duas resoluções que vão ser acompanhadas hoje, de grande importância.
491 Primeiramente da compostagem, pela compostagem ser uma competência
492 municipal a nossa preocupação que isso gere ainda mais dificuldades que os
493 Municípios já apresentam em cumprir com as obrigações separadas para os
494 Municípios dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos. E viemos
495 acompanhar, além de termos um assento no Conselho, viemos acompanhar
496 porque é diretamente na competência municipal. E também a segunda proposta
497 de Resolução sobre a queima de óleo no mar, no tocante à Defesa Civil, nós
498 temos o nosso técnico Dionílio Liberato, também Defesa Civil para acompanhar
499 essa proposta de Resolução. E, na verdade, nós gostaríamos, assim, de chamar
500 atenção para as dificuldades que os Municípios têm e já normalmente de
501 acompanhar essas Resoluções, de como que é imposto para eles, porque nós
502 sistemas que a situação dos Municípios é muito diversa. Então, só para não ficar
503 repetitivo, nós teremos que acompanhar bem minuciosamente o trâmite das
504 propostas. E parabenizar os Conselheiros e a mesa também pela votação e pela

505 forma de como ela tem sido manifestada e acompanhada. Ontem na reunião
506 preparatória nós conseguimos tirar várias dúvidas. Então, eu agradeço as pessoas
507 que foram. Muito obrigada.

508

509

510 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,
511 Luciana. Então, assim encerramos a fase de tribuna livre e eu passo para o item V
512 da pauta, da nossa ordem, que é encaminhamento da Secretaria Executiva do
513 Conama. Nós vamos ter a apresentação dos resultados parciais do grupo
514 assessor ao Plenário que tem o foco revisão de resoluções do Conama à luz da
515 legislação, esse grupo foi criado na reunião de número 121, em 16 de março de
516 2016, é composto pelos membros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,
517 coordenado pelo nosso querido amigo companheiro Rafael, pela Conjur do
518 Ministério do Meio Ambiente, e as reuniões foram realizadas em 28 de março, 18
519 de abril, 9 de maio e 30 de maio, ou seja, o Doutor Rafael Santana vai apresentar
520 agora um resultado de 4 reuniões, em um esforço concentrado de fazer essa
521 revisão, conforme foi determinado na reunião Plenária do Conama. Então, eu
522 passo a palavra ao consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente, Doutor
523 Rafael para fazer uma apresentação rápido a respeito a respeito disso.

524

525

526 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (Conjur MMA)** – Prezados, bom dia.
527 Obrigado pela oportunidade, eu saúdo a todos os presentes em nome do nosso
528 colega Raimundo Deusdará, agradecendo a oportunidade de estar aqui hoje
529 trazendo um breve resumo do trabalho que foi realizado pelo grupo assessor.
530 Queria também agradecer aos membros da CTAJ que são membros também do
531 grupo assessor pelo trabalho dedicado e intenso que foi realizado. Então, meu
532 muito obrigado mais uma vez, o Doutor Bruno que está aqui presente, agradeço
533 em nome dele. Como o Doutor Raimundo Deusdará deu essa iniciativa, só
534 lembrando o momento da criação do grupo assessor, ele foi querido na reunião
535 de número 121 do Conama e tinha como objetivo básico a avaliação sobre o
536 aspecto jurídico das Resoluções Conama que porventura tiveram alguma
537 alteração em virtude de legislações supervenientes. Então, era um momento do
538 Código Florestal, era em momento de legislações outras, a Lei Complementar
539 140. Então, havia algumas dúvidas sobre algumas Resoluções, e a manutenção
540 delas em relação à sua vigência. E por isso o grupo foi criado principalmente com
541 base nesses dois normativos, mas podendo abranger outros normativos que
542 tivessem impactado de alguma forma essas Resoluções. A composição é a
543 mesma composição da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, os mesmos
544 membros da CTAJ são os membros também desse grupo assessor. E coordenado
545 pela Conjur do MMA. Foram 4 reuniões que nós fizemos até o presente momento.
546 No dia 28/03, 18/04, dia 09/05 e dia 31/05. Todas as informações, atas de reunião,
547 o que foi deliberado, relatórios que foram prestados, todas elas constam no site do
548 Conama, no portal do MMA dentro do site do Conama. Aqui nós fazemos essa
549 indicação para que fique bem claro, a maioria dos colegas já distribuiu isso aos
550 Conselheiros, então os Conselheiros estão cientes dessas reuniões, o que tem

551 sido debatido, mas eu deixo aqui claro para todos do plenário para dar uma
552 publicidade maior ainda para todos terem essa ciência. Então, todas as reuniões
553 estão ali marcadas, fica ali em Câmaras Técnicas e GTs, está ali todo o trabalho
554 de grupo assessor. Para essa primeira apresentação dos trabalhos do grupo
555 assessor, nós optamos, nós do grupo assessor optamos por fazer um corte
556 temático, digamos assim, vamos trazer para o Plenário aqueles elementos que
557 não foram impactados pela legislação superveniente. Então, nós vamos trazer, na
558 verdade, um breve informe que foram analisadas algumas reuniões e não foram
559 verificados impactos em relação a elas, assim como nós vamos trazer algumas
560 Resoluções que foram verificadas, a sua revogação, e nós hoje o objetivo seria
561 reconhecer a revogação dessas Resoluções e nós trouxemos apenas aquelas
562 Resoluções que são de forma mais simples, que são as mais, que trazem menos
563 conflitos. Então, para essa primeira entrega nós escolhemos exatamente as
564 Resoluções que tiveram manifestações unânimes do grupo assessor, justamente
565 para trazer essa maior simplicidade para nós vermos como vai se portar essa
566 primeira entrega do grupo. Nesse sentido, como informe nós estamos aqui, as
567 Resoluções que foram analisadas pelo grupo assessor e que não tiveram nenhum
568 impacto em relação à legislação superveniente. Então, nós estamos listando aqui
569 a Resolução 12/94, a Resolução 273/2000 e a Resolução 279/2001, a Resolução
570 306/2002, 350/2004, 377/2006, e 406/2009. Não obstante qualquer Conselheiro
571 que tenha ainda remanescente alguma dúvida sobre algum ponto dessas
572 Resoluções podem estar novamente, o grupo assessor que está à disposição para
573 esclarecimento em relação a algum ponto. Esse trabalho inicialmente tinha sido
574 feito na primeira reunião nossa do grupo assessor nós listamos algumas
575 Resoluções que poderiam ter eventualmente qualquer impacto e aí delas essas
576 nós avaliamos que estavam ok, que não tinham nenhuma necessidade de serem
577 modificadas, alteradas de alguma forma. De outro lado, das reuniões que nós
578 pudemos analisar; nós trouxemos três que nós consideramos que seria
579 interessante que o Conama reconhecesse sua revogação pela legislação
580 superveniente. São elas a 05/85 e 14/86, que, na verdade, elas estão relacionadas
581 e elas tratam do licenciamento de atividades de transporte, estocagem e uso do
582 pentaclotofenol e pentaclorofenato de sódio, que é conhecido como o pó da China.
583 E a Resolução 11/90 que trata da revisão e elaboração de planos de manejo e
584 licenciamento ambiental da Mata Atlântica. Essas Resoluções elas foram
585 reconhecidas, o grupo assessor entendeu de forma unanime que elas teriam que
586 ser reconhecidas a sua revogação. Eu trouxe aqui alguns trechos do relato dos
587 colegas do grupo assessor a cada Resolução que nós analisamos, existe um
588 relator, esse relator é responsável por fazer um relatório, como se fosse uma
589 espécie de voto sobre aquela Resolução. Eu trouxe aqui um pequeno trecho, mas
590 eu sequer vou lê-lo todo, em linhas gerais a Resolução 05/85 e a 14/86 que tratam
591 desse tema, elas foram... Com a Resolução Conama 237 que estabeleceu
592 atividades e empreendimento sujeitos ao licenciamento ambiental e colocou o
593 transporte de cargas perigosas, bem como o depósito de produtos químicos e
594 produtos perigosos no seu âmbito e também a legislação 10.165 que também
595 estabelece essas atividades como potencialmente poluidoras e utilizadoras de
596 recursos ambientais, o que foi verificado, na verdade, é que essa Resolução, tanto

597 a Resolução quanto a lei elas acabaram por abarcar todo o conteúdo que estava
598 na Resolução. Então, ela teria sido abarcada completamente e por isso não seria
599 mais uma Resolução necessária e, assim, estaria revogada por essa legislação
600 superveniente. No mesmo sentido um Parágrafo Único dessa Resolução também,
601 da 05, ela traria uma competência específica estadual, o que não é uma regra
602 depois de Lei Complementar 140. Então, por esse motivo foi a interpretação
603 unânime dentro grupo assessor de que essas Resoluções já estariam abarcadas
604 pela legislação superveniente, e revogadas também pela Lei Complementar 140.
605 Não sei se é interessante que os senhores tenham acesso novamente ao contudo
606 da Resolução, talvez fora da apresentação só mostrar o conteúdo da Resolução
607 05, talvez seja interessante. E também uma Resolução simples, uma Resolução
608 pequena, os argumentos são basicamente esses, incluindo essas atividades como
609 potencialmente poluidoras, ela tratava especificamente do chamado pó da China e
610 no seu § 1º ela trazia a questão da competência, que nós trouxemos justamente a
611 questão da lei Complementar 140 que fez essa modificação. Só para deixar claro
612 a Resolução. Podemos voltar para a apresentação. A outra Resolução que nós
613 trouxemos também foi aprovada em caráter unanime pelo grupo assessor, e que
614 também tem uma simplicidade maior, é a Resolução número 11/90, ela trata da
615 revisão e elaboração de planos de manejo e licenciamento ambiental da Mata
616 Atlântica. Ela era uma Resolução que tinha um conteúdo bastante específico, era
617 quase que um comendo para o Ibama para tomar determinadas providências. Na
618 verdade, com a legislação da Mata Atlântica que veio posteriormente essa
619 Resolução acaba quase que perdendo seu objeto, e também foi reconhecida a
620 sua revogação em caráter unânime pelos colegas do grupo assessor. Nesse
621 sentido, a ideia do grupo assessor foi sugerir ao Plenário fazer um
622 encaminhamento para a apresentação de requerimento de urgência aos
623 Conselheiros para que seja colocado em pauta nesta reunião de nº 125 uma
624 proposta do Resolução que reconhece a revogação dessas Resoluções, conforme
625 a conclusão unânime do grupo assessor. Só para deixar claro, o item que se
626 baseia esse pedido do Regimento Interno do Conama é o art. 18 em seu § 3º, que
627 trata em casos excepcionais, assim reconhecidos pelo Plenário, comprovado o
628 caráter relevante do tema e a necessidade de manifestação urgente do Conama,
629 poderá ser requerida análise e deliberação da matéria, na mesma reunião que for
630 apresentada. Nós trouxemos aqui uma breve apresentação de como poderia ser
631 uma sugestão, um texto sugestivo para essa Resolução Conama, que vai
632 reconhecer a revogação dessas outras Resoluções. Da versão que foi
633 apresentada aos senhores nas reuniões preliminares eu fiz apenas um pequeno
634 ajuste em relação às Resoluções 05 e 14, na versão apresentada ela citava como
635 fundamento, o trecho em amarelo, apenas a Lei Complementar 140 e aí eu fiz a
636 inclusão também da Resolução 237 do Conama, e também da Lei 10.165, porque
637 ela refletia melhor o que foi debatido nas nossas reuniões do grupo assessor.
638 Muito obrigado a todos.

639

640

641 *(Palmas!)*.

642

643 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dr.
644 Rafael. Eu queria em seu nome saudar e agradecer todos os membros do grupo
645 de trabalho, do grupo assessor. E peço a atenção dos senhores Conselheiros e
646 Conselheiras porque com base no art. 18 do Regimento Interno do Conama, como
647 bem colocou o Dr. Rafael, nós estamos submetendo aos senhores o requerimento
648 de regime de urgência uma Resolução que irá, com base no consenso
649 apresentado pelo grupo assessor, revogar as seguintes Resoluções: Resolução
650 Conama 05/1985, que dispõe sobre o licenciamento das atividades de transporte,
651 estocagem e uso e pentaclorofenol e Pentaclorofenato de sódio, nos termos da Lei
652 Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011; a segunda Resolução a ser
653 revogada seria a Conama 14/1986, que dispõe sobre o referendo à resolução
654 05/85, nos termos na Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011; e a
655 Resolução Conama 11/1990 que dispõe sobre a revisão e elaboração de plano de
656 manejo e licenciamento ambiental da Mata Atlântica nos termos da Lei 11.428, de
657 28 de dezembro de 2006. Nós temos um conjunto de cerca de 30 assinaturas
658 aprovando o requerimento de urgência, então, eu consulto os senhores e
659 senhoras se alguém é contrário à aprovação desse requerimento de urgência
660 revogando as três Resoluções. Não havendo manifestação eu considero o
661 requerimento de urgência aprovado. Muito obrigado. A proposta de Resolução
662 está na tela. Esse requerimento é consolidado pela proposta que está na tela, ela
663 é a primeira ordem, primeira Resolução da ordem do dia, que eu entendo que está
664 aprovada. Só para poder registrar, Dr. Rafael, a síntese do requerimento de
665 urgência. Estamos na fase agora... Alguma observação? Não? estamos na fase
666 agora de apresentação... Está aprovada a Resolução. Algumas dúvida? Obrigado.
667 Entramos na ordem da apresentação à mesa de pedido de inversão de pauta, de
668 requerimento de urgência, proposta de moção e recomendação. Desculpa. Por
669 favor. Enquanto a nossa conselheira chega à tribuna eu sei que minha função é
670 moderar e mediar, mas eu queria pedir a atenção dos senhores, há um item da
671 pauta que seria apresentação do relatório de gestão de florestas públicas. Eu
672 achei importante submeter aos senhores uma troca dessa informação pelo
673 lançamento dos Programas de Regularização Ambiental, são os PRAs. Então, eu
674 pediria a gentileza dos senhores para que no momento do informe seja dada a
675 oportunidade ao Serviço Florestal Brasileiro de apresentar a evolução dos
676 Programas de Regularização Ambiental, tão importantes na fase pós CAR.

677

678

679 **A SR^a. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (MME)** – Bom dia a todos. Maria José
680 Salum, Ministério de Minas e Energia. É só um pedido de esclarecimento ao Dr.
681 Rafael, se o trabalho desse grupo assessor ele termina ou ainda continua? A
682 minha pergunta, só para justificar, é que têm algumas Resoluções que estão, por
683 exemplo, suspensas, um exemplo a Resolução 9 e 10 de 90, ou seja, isso é uma
684 primeira fase. Isso ainda continuará? Só para esclarecimento.

685

686

687 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Dr. Rafael, por
688 gentileza.

689 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (Conjur MMA)** – Prezado, sim, o trabalho
690 do grupo assessor é um trabalho que não acabou, essa é a primeira entrega,
691 apenas a primeira entrega do trabalho que está sendo feito. Então, ainda temos
692 um longo trabalho pela frente e contamos, inclusive com a colaboração dos
693 Conselheiros, que tenham sugestões e dúvidas para trazer ao grupo assessor
694 mais informações e mais subsídios para continuar o debate sim.

695

696

697 **A SR^a. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (MME)** – Obrigada.

698

699

700 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Pois
701 não. Essa é uma ação extremamente importante do Conselho, fazer essa revisão.

702

703

704 **NO SR. BRUNO LÚCIO SCALLA MANZOLILLO (FBCN)** – Obrigado, Presidente.
705 Bruno Manzolillo, FBCN, membro do grupo assessor. Com a permissão do nosso
706 Presidente, como foi esclarecido, nós temos centenas de Resoluções, teríamos
707 que teoricamente examinar todas elas, mas nós começamos com um bloco do
708 cerca de 40 que houve a indicação de que poderiam ter sido revogadas. Outras
709 podem surgir. A minha sugestão é que o DConama encaminha para todos os
710 Conselheiros a relação das 40 Resoluções que estão sendo examinadas. E se
711 algum Conselheiro tiver já alguma que possa antecipar, que acha que possa estar
712 revogada ou que mereça o estudo, por favor, Informe ao DConama para nós
713 podermos incluir como 41^a, segunda e terceira. E observem, não se trata do
714 Conama revogar, elas teriam sido revogadas por uma legislação superior, nós
715 estamos apenas reconhecendo isso para evitar problemas jurídicos e
716 eventualmente em processos onde um juiz possa estar menos avisado sobre o
717 assunto e decidir em função de uma Resolução de Conama que já esteja
718 revogada por outra. Era só isso, Presidente. Obrigado.

719

720

721 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito
722 pertinente a sua observação, acho que esse trabalho é extremamente importante,
723 o DConama vai fazer essa divulgação conforme a sua solicitação e é importante a
724 participação de todos vocês. Vocês conhecem matéria e sabem claramente o
725 objeto desse grupo assessor, que legislações supervenientes, quer dizer, nós não
726 estamos revogando nada, como disse o Dr. Bruno. Então, o DConama vai
727 providenciar, o Dr. Rafael junto, as 40 Resoluções que estão na primeira foco,
728 mas se eventualmente todo e qualquer Conselheiro entender que há uma
729 Resolução e que ele possa colaborar no processo de aprimoramento do Grupo de
730 Trabalho, é muito muito bem-vinda a colaboração. Eu estou na fase de pedido de
731 inversão de pauta, por escrito e requerimentos de urgência, não havendo nenhum
732 eu entro na Ordem do Dia e a primeira Resolução da ordem seria uma proposta
733 de Resolução do Conama que define critérios e procedimentos para produção de
734 composto proveniente de resíduos sólidos orgânicos. O proponente foi o Ministério

735 do Meio Ambiente, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, a
736 procedência veio da 13ª Reunião da Comissão Técnica da Câmara Técnica de
737 Assuntos Jurídicos, em 29 de maio de 2017. Sobre essa Resolução nós
738 recebemos aqui um pedido de vistas dentro do que reza o Regimento, feito pelo
739 PROAM e Ministério Público Federal, através dos seus representantes abaixo
740 assinados em solicitar vistas aos processos 02000 final 37, 0200 final 71, nos
741 termos do Regimento Interno de forma a estudar apuradamente as questões
742 tratadas em tais propostas de Resolução. Assinam o Carlos Alberto Bocuhy, pela
743 PROQAM e Pablo Coutinho Barreto, Procurador da República. Eu pediria a
744 gentileza, você desculpa, Zuleica, se talvez o Bocuhy pudesse fazer uma breve
745 justificativa, por gentileza, e depois a Doutora Zuleica gostaria de se manifestar.
746 Por favor, Bocuhy.

747

748

749 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria de
750 justificar inicialmente sobre o processo de compostagem, nós entendemos que
751 compostagem é um anseio de todos nós, eu acho que o Brasil precisa consolidar
752 a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a compostagem é um elemento
753 extremamente importante, mas estabelecer um regimento para compostagem
754 que não dê segurança à população no sentido de que se permita a inclusão no
755 solo brasileiro de substâncias que não são de interesse do solo e nem das
756 plantas, e nem das espécies vivas, como, por exemplo, o que está presente hoje
757 no lodo de esgoto não nos parece uma atribuição que o Conama deva assumir.
758 Sem que passe essa segurança. E o principal ponto, eu chamo atenção dos
759 senhores, isso é muito importante porque vai além da questão da compostagem.
760 Nós não estamos tratando no Brasil na incidência de fármacos sobre as águas
761 brasileiras e os fármacos, todos aqueles medicamentos que nós tomamos e
762 acabam indo para a água e esgoto, esses medicamentos eles acabam no lodo de
763 esgoto, nas estações de tratamento, porque não há tecnologia, não há hoje
764 implementação no sentido de retirar os fármacos, como também não há
765 normatização para isso porque só agora o Brasil, assim como outros países
766 começam a se preocupar com isso. No momento para nós, a nossa consideração
767 é de que o lodo de esgoto apresenta periculosidade para o solo, apresenta riscos,
768 se for colocado no solo brasileiro, mesmo que passe por um tratamento térmico,
769 que ele dê conta da questão bacteriológica e etc., nós temos ainda outros
770 elementos, não vamos falar aqui de viabilidade de gestão, da possibilidade de tirar
771 aquilo que nós temos tecnologia, mas nós estamos falando aqui de uma outra, um
772 outro desafio, um paradigma novo que é a questão dos fármacos que nós temos
773 que nos debruçar sobre isso. Não se restringe ao lodo, também diz respeito à
774 água que nós consumimos. Cito só um elemento importantíssimo que é a questão
775 dos hormônios, os hormônios presentes na água e essa água que está sendo
776 consumida pela população. Então, eu vejo nesse momento duas necessidades, a
777 primeira é nós estudarmos com mais profundidade essa Resolução,
778 principalmente ao que se refere a utilização do lodo de esgoto no solo brasileiro. E
779 a segunda, é que o Conama se debruce sobre o desafio de estabelecer padrões
780 junto com o Ministério da Saúde para a questão da potabilidade, considerando o

781 potencial farmacológico que está na água, vaza pelas estações de tratamento e
782 retorna para a própria população. Então, a nossa justificativa com relação à
783 retirada, a proposta de retirada dessa Resolução se dá mais nesse aspecto,
784 existem outros, mas eu queria enfatizar o aspecto dos fármacos. Com relação à
785 queima de petróleo, não sei se falo agora. Dizem que somos parecidos, mas eu
786 não sei.

787

788

789 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Será? Mais um
790 presente de aniversário que eu tenho hoje, ser parecido com o Dr. Bocuhy.
791 Porque, na verdade, o pedido de vistas que foi feito pela PROAM e pelo Ministério
792 Público refere-se não só à 1ª Resolução que trata de resíduos sólidos, mas
793 também a segunda da ordem do dia que trata da questão do uso da queima
794 controlada em incidente de poluição por óleo do mar. Então, o Dr. Bocuhy está
795 justificando o pedido de vistas da primeira Resolução e agora ele vai introduzir a...

796

797

798 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Sobre a questão do
799 óleo, nós entendemos que existe um interesse, claro, uma pressão enorme do
800 setor que trabalha com óleo, com petróleo, no sentido de que o Brasil adote
801 algumas salvaguardas que permitam, por exemplo, a queima de petróleo como um
802 elemento de auxílio em caso de derramamento e etc. que seria uma questão
803 extremada, uma medida extrema. -Nós entendemos que os critérios para isso
804 devem ser melhor estudados e também a perspectiva de que o Conama normatize
805 uma queima controlada de petróleo com um elemento de segurança para
806 derramamento, de contingência, nos parece que merece uma melhor atenção.
807 Então, esse é o motivo dessa solicitação. Naturalmente é de se entender que você
808 'contenerizar' o petróleo uma área do mar e incendiar esse petróleo é claro que
809 isso tem um impacto significativo, não preciso me estender sobre isso. Então, é
810 uma medida realmente que seria adotada numa emergência muito grande e
811 nós temos que ter critérios muito claros sobre quando fazer, porque fazer, se fazer
812 e quais seriam as salvaguardas para populações, por exemplo, eu vou só dar um
813 exemplo do que está nessa Resolução que nos causa grande insegurança.
814 Estabelece a Resolução, a minuta, que a população caso haja o risco de ser
815 afetada por um índice de particulado superior, se não me engano, a 140, 150
816 microgramas por metro cúbico, então, a população não seria, isso não seria
817 permitido, essa queima não seria permitida. Só que hoje os índices da
818 Organização Mundial da Saúde, que estabelecem esse valor com seguro à saúde
819 humana são de 120 microgramas, um valor muito menor. Então, têm algumas
820 questões de critério, que me parecem preocupantes e por isso o nosso pedido de
821 vistas. Obrigado.

822

823

824 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dr.
825 Bocuhy, eu convidaria a Dra. Zuleica que pediu a palavra. Por gentileza, Dra.
826 Zuleica.

827 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – A Apromac, em nome dessas
828 organizações que nos apoiam também vai pedir vista. Eu vou justificar
829 rapidamente. Na nossa petição que será publicada futuramente nós encontramos
830 pelo menos 3 graves problemas nessa Resolução, a primeira é falta de
831 parâmetros e limites máximos permitidos, e tampouco existem nessa Resolução
832 metodologias para breve identificação e controle das substâncias orgânicas e
833 inorgânicas, tóxicas, disruptores endócrinos e fármacos. Lembrando que o
834 Ministério do Meio Ambiente é o ponto focal técnico dessas Resoluções, desses
835 tratados e também do SAICM que é o Enfoque Estratégico de Gestão
836 Internacional de Substâncias Químicas. Também, embora, como já falei, não
837 ratificou a Convenção de Minamata Sobre Mercúrio, ainda assim tem o dever de
838 obedecer as premissas superiores dos acordos ao elaborar marcos regulatórios
839 nacionais. Esse ponto focal técnico que é o Ministério do Meio Ambiente tem
840 conhecimento de que essas substâncias são cumulativas principalmente no caso
841 de aplicações agrícolas, contínuas, que resultem no agravamento da poluição dos
842 solos, água subterrâneas, rios, nascentes, lagos. No entanto, devido à forma
843 autoritária como essa discussão foi feita, não foi possível para a sociedade civil
844 reverter esse quadro grave que apresenta essa Resolução. Além disso, essa
845 permissão de adição de lodo que é um dos pontos também que nós queremos
846 mencionar como grave nessa proposta, ela tenta burlar de alguma forma a
847 Resolução Conama 375/2006, contrariando os objetivos da própria proposta
848 original do MMA, que era resolver o problema do lixo orgânico nas cidades e não
849 resolver o problema das empresas de saneamento, que já estão regradados por uma
850 Resolução Conama. Ao adicionar o lodo perde-se o controle, larga-se na mão dos
851 órgãos ambientais que estão desmantelados, todo mundo sabe, uma grave
852 situação hoje de praticamente falta de capacidade humana e tecnológica de ficar
853 controlando lotes de lodo do esgoto que vão para usinas de compostagem. Isso
854 seria um peso sobre os órgãos ambientais, em uma situação tão grave dessas.
855 Lembro que, como bem falou o Bocuhy, os fármacos são um grave problema
856 porque sequer existem parâmetros hoje estabelecidos, portanto, não teríamos
857 sequer como controlar eles. E os que já existem não estão sendo aplicados nessa
858 Resolução. E pior do que isso, não bastante, todos os considerandos da proposta
859 original foram retirados, também de forma autoritária, porque a sociedades civil foi
860 contrária e não houve um debate qualificado. Não recebemos até hoje uma
861 justificativa jurídica que nos diga que é proibido ter considerandos nas
862 Resoluções. E que dariam a memória e a orientação para interpretação da norma,
863 e pior ainda, não bastante, essa Resolução ela se absteve de discutir as regras
864 ambientais para aplicação. Então, ela simplesmente é uma resolução que vai
865 tratar apenas do processo de compostagem, como deve ser feito, muito mal, por
866 sinal, porque não haverá controle nenhum das substâncias químicas, poderá ser
867 adicionado o lodo de esgoto burlando a 375, e a aplicação em solo não será
868 monitorada do ponto de vista ambiental. Então, não vemos outra alternativa, não
869 tivermos outra alternativa senão pedir retirada de pauta do Conama para que volte
870 para a Câmara Técnica para uma discussão mais qualificada da sociedade e com
871 os especialistas, com academia, com a ciência. Então, nós tiramos de pauta
872 porque é a única alternativa que temos de pedir vistas, mas isso não vai resolver o

873 problema, os senhores sabem disso. Então, fica aqui um alerta que não haverá
874 consenso, se continuar com todos esses problemas, se as Câmaras Técnicas não
875 funcionarem. Muito obrigada.

876

877

878 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dra.
879 Zuleica. Então, está registrado o pedido de vista conjunto. Eu pediria à Dra. Zilda e
880 gostaria de fazer um registro, a minha amiga Zilda é uma das Conselheiras mais
881 experientes do Conama, ela demonstrou que exerce não só a paixão ao seu
882 ofício, mas também a sensibilidade de fazer hoje uma homenagem extremamente
883 importante a um companheiro nosso. Então, é um exemplo de servidora dedicada,
884 que eu gostaria me permitir fazer esse registro porque hoje o que ela fez na parte
885 da manhã, assim como o Soares fez em relação ao companheiro Manoel, foi muito
886 bacana, foi muito legal do ponto de vista de reconhecimento e de agradecimento,
887 demonstra que você, Zilda, é realmente uma pessoa especial. Por favor.

888

889

890 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada, Deusdará. Não vai me
891 fazer chorar de novo. Só fazendo um parêntese, que não consegui fazer na
892 primeira fala, o Pedro Penteado nos ajudou em várias Resoluções, principalmente
893 na 420, nas Resoluções que regulamentam a Convenção de Basiléia, quando o
894 Brasil necessitou de apoio técnico para os trabalhos de construção dos anexo VII
895 e XIX da Convenção de Basiléia, eu estou falando de algo que aconteceu há mais
896 de 15 anos atrás. Então, sempre era o nosso ponto focal em relação a esse
897 assunto, acredito que muitos lembram dele aqui no plenário, e vão lembrar ainda
898 com muita saudade. O Ministério do Meio Ambiente pede vistas também à
899 matéria, é o proponente da matéria de compostagem. Eu gostaria de fazer só um
900 rebatimento, Deusdará, porque a Zuleica fez algumas acusações graves aqui no
901 pedido de vistas, qualquer matéria, eu estou hoje à frente da Câmara Técnica de
902 Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos e fui acusada a autoritária, pela fala
903 que me antecedeu. Todas as matérias estão extremamente, extensamente
904 debatidas na Câmara Técnica, são votadas, nem sempre a posição do Presidente
905 da Câmara Técnica ou do Governo Federal lá presentes são as que prevalecem,
906 mas prevalece sempre, quando não há consenso, a votação e aí maioria é que
907 vota. São matérias sempre polêmicas, tudo que trata de resíduos, qualidade
908 ambiental, padrões de qualidade, o Conselheiro Bocuhy falou aqui na tribuna livre
909 sobre qualidade do ar que é um assunto recorrente, nós estamos revisando a
910 Resolução 03/90, que trata dos padrões de qualidade do ar, isso é um assunto
911 recorrente. Mas, eu queria dizer e enfatizar que este Conselho continua tendo o
912 seu papel de ter debates, principalmente eles ocorrem na Plenária, mas ocorrem
913 muito na Câmara Técnica e esses debates e nesses debates nada é imposto, às
914 vezes, há uma união, muitas vezes nós temos divergências no próprio Governo,
915 entre órgãos do próprio Governo Federal e nem sempre temos consenso, mas os
916 assuntos são votados. Então, não há como se impor uma ideia lá, há como se
917 impor posições técnicas. Então, o Ministério do Meio Ambiente, não sei se é o
918 momento, Deusdará, mas nós pedimos, tomamos a liberdade de pedir vistas,

919 pedir vistas também nas duas propostas de Resolução que foram solicitadas. Eu
920 faço isso em nome também do Ministério de Minas e Energia, que é o proponente
921 da matéria, mas como Presidente de Câmara Técnica, eu gostaria de pedir vista
922 dos duas matérias.

923

924

925 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
926 Está registrado o pedido de vista conjunto. Por gentileza. É sobre o assunto?
927 Muito obrigado.

928

929

930 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A CNI também solicita o
931 pedido de vistas das duas matérias.

932

933

934 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só recordando.
935 Então, nós temos a CNI, inicialmente a PROAM e o Ministério Público, a Apromac,
936 desculpe, Apromac também, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das
937 Minas e Energias, CNI e Ministério da Agricultura. Por favor, é bom para
938 registrarmos na ata. Por gentileza, só fala que o Ministério da Agricultura está
939 pedindo vistas.

940

941

942 **O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO (MAPA)** – Bom dia. O Ministério da
943 Agricultura vai pedir vistas também só do primeiro item.

944

945

946 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – É importante
947 ressaltar que o MAPA e a CNI é em relação aos resíduos... Os dois. MAPA só em
948 relação à questão dos orgânicos.

949

950

951 **O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO (MAPA)** – Reforçar a palavra da
952 Presidente da Câmara Técnica quando ela fala da questão amplitude do debate
953 também, o MAPA participou dessa discussão e eu acho que é sempre importante
954 reforçar e ressaltar isso. Da condição e participação que os grupos têm nesse tipo
955 de debate.

956

957

958 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
959 companheiro do MAPA. Por gentileza, por favor você poderia vir ao microfone,
960 porque aí registramos e a minha memória já não está tão boa como há 30 anos
961 atrás. Gente, enquanto ela chega eu gostaria de fazer um pacto com vocês, se for
962 possível, nós temos após essa fase 3 informes, um do Serviço Florestal Brasileiro,
963 que minha equipe vai fazer, um da Agência Nacional de Águas e um da
964 companheira Zilda a respeito da Resolução 362. Eu tenho uma sugestão a fazer

965 aos senhores e senhoras, se nós tivermos um pouquinho de paciência e
966 perseverança, talvez nós pudéssemos estender um pouco a reunião ainda na fase
967 da manhã, para 13h30, 14h00, se possível, e nós terminaríamos a reunião dando
968 oportunidade a todos os senhores e senhoras de compor outras agendas
969 necessárias junto ao Ministério do Meio Ambiente e Ibama. Se isso for possível eu
970 gostaria da colaboração dos senhores nesse sentido, porque a saída para o
971 almoço e o retorno nós podemos ter um esvaziamento não desejado. Os informes
972 são importantes, e se vocês nos ajudarem no controle do tempo nós poderíamos
973 terminar essa reunião entre 13h45 e 14h00. O que vocês acham da sugestão?
974 Ok? Vamos conduzir assim? Caron, você quer falar? Deixa ela falar primeiro, só
975 para registrar o pedido de vistas. Por favor.

976

977

978 **A SRª. ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (Ministério dos Transportes) –**
979 Ministério dos Transportes, pedido de vistas da segunda matéria.

980

981

982 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado, Dr.
983 Caron. Eu entendi que a minha proposição foi acatada, vamos estender um
984 pouquinho e nós terminamos na parte da manhã. É isso? Obrigado.

985

986

987 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal) –** Marcílio Caron Neto, Setor
988 Florestal. Eu queria fazer uma só licitação à mesa, nós estamos aí há algum
989 tempo discutindo um assunto extremamente importante que é o licenciamento
990 ambiental. Nós gostaríamos que a nossa presidenta do Ibama pudesse nos fazer
991 um relato, nos atualizando sobre como anda o encaminhamento dessa discussão.

992

993

994 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Perfeito. Dra.
995 Suely. Eu vou fazer o seguinte, eu vou inverter a fala da Dra. Suely, a pedido do
996 Caron, que eu acho que é um assunto que todos nós temos interesse. Eu vou
997 passar a palavra à minha colega e companheira Dra. Suely, Presidente do Ibama,
998 ela faz um informe a respeito do andamento do processo de licenciamento, depois
999 eu passo a palavra para a Zilda, para fazer um informe. Temos aí o Volney, da
1000 Agência Nacional de Águas, o Maurício Andreas, e a minha equipe do Serviço
1001 Florestal e já há um pedido de fala após o informe da ANA, do Bocuhy para fazer
1002 também algumas considerações. Então, esse é o roteiro e nós encerramos na
1003 parte da manhã com ajuda de todos os senhores. Dra. Suely, por favor.

1004

1005

1006 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama) –**
1007 Bom, acho que todos sabem que está sendo negociado um texto pelo Executivo,
1008 que seria uma alternativa para um substitutivo para o PL 3729/2004, que é o
1009 principal processo sobre a lei de licenciamento em trâmite no Congresso, é um
1010 processo da Câmara em que você tem a apensado cerca de quase 20 outros

1011 Projetos de Lei, e já tem um ano que no âmbito do Executivo do Ministério do Meio
1012 Ambiente, Casa Civil e vários Ministérios, têm participado desse debate. Como é
1013 que esse debate e encontra agora? Nós temos um texto bastante acordado em
1014 temas com pouco nível de dissenso, que é um texto que a base foi o texto
1015 negociado pelo Ministério do Meio Ambiente e tem uma série de demandas dos
1016 pontos de dissenso e esses dissensos estão sendo trabalhados tanto
1017 internamente ao Executivo quanto no Congresso diretamente com os
1018 parlamentares que serão relatores, que já são ou serão relatores da matéria. Os
1019 principais parlamentares são o Deputado Mauro Pereira, que é o atual relator do
1020 processo na Comissão de Finanças e Tributação, é onde o processo está
1021 formalmente agora, mas o processo está em urgência urgentíssima. Então, a
1022 qualquer momento ele pode ser chamado para Plenário, diretamente em plenário.
1023 O provável relator de Plenário é o Deputado Ricardo Tripoli, que foi o relator do
1024 meio ambiente. Então, essa negociação está sendo feito diretamente pelo Ministro
1025 do Meio Ambiente, Casa Civil, Ministro Padilha, Deputado Nilson Leitão,
1026 Coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, e Deputado Tripoli,
1027 Deputado Mauro Pereira. O que nós estamos fazendo, tanto eu pessoalmente
1028 quanto mais algumas pessoas da equipe direta do MMA, é ajudando nesse texto,
1029 eu acredito que o nível de consenso está elevado, provavelmente nós tenhamos
1030 um texto apto para votação nas próximas semanas. Essa é a minha... Eu
1031 acompanho esse tema licenciamento ambiental quase a vida toda, e eu acredito
1032 que o nível de consenso está alto, que os pontos de dissenso são poucos. Quais
1033 são esses ponto de dissenso? É o papel do órgão gestor das Unidades de
1034 Conservação no âmbito do procedimento de licenciamento, se ele fala antes como
1035 ele fala hoje, dando a anuência ao próprio do processo de licenciamento ambiental
1036 ou se ele será tratado pelo Lei da mesmo forma como a Lei está prevendo o
1037 tratamento para o Funai, Iphan, e outros órgãos intervenientes. Esse é um dos
1038 pontos de dissenso. O outro ponto que se chegou ainda a consenso é como tratar
1039 a questão locacional na definição do procedimento. Hoje você define o que tem
1040 EIA/RIMA a partir do tipo de empreendimento e do seu porte, desde o início o
1041 Ministério do Meio Ambiente defende que haja um terceiro fator que é a
1042 localização. Se a área tem relevância ambiental ou não, a sua resiliência da área
1043 para definir se aquilo lá vai ter EIA ou não, se aquele processo vai ter EIA ou não.
1044 Então, o Ministério do Meio Ambiente desde o início está defendendo que seja
1045 uma tríade, tipo de empreendimento, o seu porte e área. Esse é um ponto ainda
1046 de dissenso, como tratar a questão locacional, o dissenso não é sobre a
1047 importância da questão locacional, acho que isso todos os atores já concordaram.
1048 A questão é como isso vai ser escrito na lei. Tem um acerto ainda a ser feito o
1049 quanto isso vai ser uma definição federal e o quanto isso é uma definição dos
1050 órgãos ambientais estaduais. Esse é um ponto de realmente, o dissenso é não
1051 sobre a importância disso, mas como escrever isso na lei. Esses são os dois
1052 principais pontos e tem demandas também de dispensa de licenciamento
1053 ambiental, do que vai ficar expresso, tem demandas dos Ministérios setoriais, hoje
1054 no texto que está sendo trabalhado, que tem de dispensa prevista é para
1055 empreendimentos agropecuários, isso já está no texto como consenso,
1056 ressaltando, apesar da dispensa dos empreendimentos agropecuários tem a

1057 ressalva de tudo que está na legislação permanece em vigor, as autorizações de
1058 supressão de vegetação, as outorgas de recursos hídricos, tudo isso permanece
1059 em vigor, o texto ressalva expressamente que todas esses outros atos estão
1060 mantidos. Tem uma dispensa que já está na Lei Complementar 140 de
1061 empreendimentos militares quando definidos como atividades fim da própria
1062 estratégia militar, mas isso nós estamos simplesmente replicando, a Lei
1063 Complementar 140. E tem uma discussão com uma série de outros Ministério
1064 setoriais do que tem que entrar mais de dispensa. Esse é um ponto que ainda não
1065 tem consenso, se a lista vai ser só esses dois, e aí os órgãos colegiados, o
1066 Conama e os colegiados estaduais definirão lista complementares, ou dispensa,
1067 ou se na própria lei já entrariam outras dispensas. São esses os dissensos. Em
1068 relação a tipos de procedimento simplificado, e isso já está tudo batido o martelo,
1069 conteúdo de EIA, como tratar a avaliação ambiental estratégica, tudo isso já foi, já
1070 está em consenso. Então, esse é o estágio atual. Também já dentro do Congresso
1071 porque os relatores, os potenciais relatores, inclusive de Plenário, Deputado
1072 Mauro, atual relator, e os relatores de Plenário estão envolvidos diretamente
1073 nesse debate. E o Ministro também está participando, o Ministro do Meio
1074 Ambiente está participando pessoalmente das reuniões e das decisões.

1075
1076

1077 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,
1078 Dra. Suely. Eu vou... Caron, só para não polemizar, por gentileza. Ok?

1079
1080

1081 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – É só um esclarecimento,
1082 Deusdará. A respeito do art. 12, exato, entra o locacional, mas a redação é na
1083 proposta, na última proposta do Ministério ou da que foi proposta pela Abema?

1084
1085

1086 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama)** –
1087 Não tem consenso ainda redação do art. 12, de como entrar. Isso está sendo
1088 trabalhado, nós estamos tentando consenso nesses dias, numa redação, porque o
1089 que nós... Vários autores nem aceitaram a questão locacional, agora todo mundo
1090 está aceitando que ela é relevante, o nós estamos debatendo é como escrever. Se
1091 a lei vai trazer isso ou se nós vamos remeter isso para um regulamento. Essa é a
1092 discussão atual.

1093
1094

1095 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu agradeço muito os
1096 esclarecimentos. Obrigado.

1097
1098

1099 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
1100 Caron, foi pertinente a sua proposta, mais uma vez parabeno o plenário pela
1101 objetividade na construção da reunião. Eu vou chamar agora a Zilda para fazer o
1102 seu informe. Eu peço a minha equipe do Serviço Florestal Brasileiro que fique já

1103 pronta para ser o segundo informe e depois o Maurício Andreas com o Volney
1104 para fazer o informe final. Ok? Inverter, porque o Volney não chegou ainda.

1105

1106

1107 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Vamos lá. Zilda Veloso,
1108 Ministério do Meio Ambiente. Apresento aos senhores, conforme requer o art. 9º
1109 da Resolução 362/2005, ela trata, o próximo, por favor, Henrique, ela trata do óleo
1110 lubrificante usado do coleta do encaminhamento para atividade de recuperação e
1111 reciclagem. Ele é caracterizado pela NBR, de acordo com a NBR 10.004 e pela lei
1112 também. Nós podemos dizer, pela Lei 12.305, como um resíduo perigoso. A
1113 Resolução fala que todo óleo lubrificante deverá, usado ou contaminado deverá
1114 ser coletado e dado destinação final ambientalmente adequada. O produtor, o
1115 importador do óleo lubrificante deverá coletar ou garantir a coleta e dar destinação
1116 ao óleo lubrificante usado. E o art. 33, da Lei 12.305 trouxe a cadeia de óleo
1117 lubrificante como uma das cadeias obrigatórias sujeitas à logística reversa, a
1118 responsabilidade pelo ciclo de vida do produto e a logística reversa. Nós já
1119 construímos um acordo setorial primeiro assinado em 2012 sobre embalagens de
1120 óleo lubrificante, e agora uma sinalização de importadores e fabricantes em
1121 apresentar uma proposta de acordo setorial para óleos lubrificantes. Isso traria no
1122 futuro algumas alterações à Resolução atualmente em vigor. A Resolução
1123 estabelece metas de recolhimento, essas metas são depois regulamentadas por
1124 meio de uma Instrução Normativa Conjunta, Ministério do Meio Ambiente e
1125 Ministério de Minas e Energia, eu vou mostrar depois a tabela da Instrução
1126 Normativa, ela traz os percentuais de coleta que têm que ser atingidos. O
1127 Ministério do Meio Ambiente tem a obrigação de apresentar na segunda reunião
1128 ordinária do ano. Esse relatório foi elaborado conjuntamente por Ministério do
1129 Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, na Diretoria de Petróleo e Gás, a
1130 Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama e ANP. Essa é a tabela constante na
1131 Portaria Interministerial, perdão, sempre faço uma confusão, falei Instrução
1132 Normativa Interministerial, que às vezes é Instrução, às vezes é Portaria, e nesse
1133 caso é Portaria, é a 100/2016, e o que nós temos que cumprir é exatamente de
1134 2016, em que a meta Brasil de recolhimento era de 38.9. O Brasil ainda é, mesmo
1135 com a crise econômica, um dos maiores mercados de lubrificantes, e por
1136 consenso nós tivemos aí um pouco da redução do consumo, mas ainda é um dos
1137 maiores mercados, e, portanto, é um dos maiores geradores de óleo lubrificante
1138 usado. A reciclagem já tem uma tecnologia apropriada no Brasil que é a tecnologia
1139 do refino, ela responde por, ela recepciona o óleo lubrificante usado e por
1140 diferentes processos tecnológicos são retirados dos contaminantes e ele volta ao
1141 mercado na categoria de óleo básico como um óleo regenerado, ou seja, com isso
1142 nós colocamos novamente no mercado, disponível para consumo o óleo sem
1143 precisar passar por todo o processo de extração, simplesmente passando por um
1144 processo de reciclagem. Próximo. O Brasil tem 89 produtores e 210 importadores
1145 de óleo lubrificante, 15 re-refinadores e 22 coletores de óleo lubrificante usado ou
1146 contaminado. Em 2016 foram recolhidos, conforme dados checados
1147 conjuntamente nos bancos de dados do Ibama e da ANP, 413.667.412 litros de
1148 óleo lubrificante. Sendo que a comercialização correspondeu, do óleo re-refinado,

1149 corresponde, naturalmente todo o óleo lubrificante recolhido nem sempre todo
1150 pode ser re-refinado, às vezes ele está contaminado com outras substâncias,
1151 outros resíduos e que ele tem que ser destinado em separado, e há também uma
1152 otimização do processo, um aproveitamento desse processo. Então, eu posso
1153 adiantar, eu vou mostrar a tabela, o percentual mínimo de coleta foi superado em
1154 todas as regiões do Brasil, houve uma queda, eu falei no slide anterior essa queda
1155 corresponde a 7,87% do volume comercializado e 7,21% do volume coletado em
1156 relação aos números de 2015. Mas ainda assim, nós atendemos as metas
1157 previstas na Portaria Interministerial. Esses são os dados de recolhimento
1158 regionalizados. No comercializado nós tivemos o cuidado de colocar aquele
1159 percentual previsto na Resolução que é dispensado de coleta. Eu mostro ele no
1160 próximo slide, não vou detalhar ele agora. Nós viemos pelas duas colunas da
1161 direita, a última é a da meta, e a penúltima é do recolhimento. Então, a meta para
1162 a Região Norte era de 32% e foram recolhidos 32,54. Na Região Nordeste a meta
1163 era 33% foram recolhidos 33,91%. Na Região Centro-Oeste a meta foi atingida um
1164 pouco maior 36% era a meta, e 37,72% é o efetivamente recolhido. Na Sudeste
1165 42% de meta, 43,97 de recolhimento. E na Região Sul 38% era a meta e foi
1166 recolhido 39,03 de óleo lubrificante. Então, nós temos aí uma coleta efetiva no
1167 País daquilo que é... Retirando os dispensados de coleta, são algumas categorias,
1168 de 413.667.412 litros, que corresponde a 39,74% da meta estabelecida. No art. 10
1169 eu trago aqui aqueles que não integram a base de cálculo para fins de
1170 recolhimento, aqueles destinados à pulverização agrícola, para correntes de
1171 motosserra, devido a diversos fatores técnicos, o próprio perdimento durante o
1172 processo. E industriais que integram o produto final não gerando resíduo, de
1173 estampagem também que são incorporados ao processo, motores dois tempos
1174 utilizados em sistemas selados que não exijam troca, solúveis fabricados a base
1175 de asfalto e os destinados à exportação. Também todos o óleo lubrificante básico
1176 ou acabado comercializado entre empresas produtoras e entre empresas
1177 importadoras ou entes produtores e importadores devidamente autorizados pelo
1178 ANP. Lembra os senhores que essa Resolução é uma sequência da Resolução
1179 09/93, é uma Resolução bastante antiga, e eu gosto sempre de dizer que ele é a
1180 primeira Resolução que falou que efetivamente em logística reversa, apesar de
1181 nós não chamarmos por este nome, neste Conselho. Tem mais um gráfico aí de
1182 colunas em que mostra o verde escuro é o comercializado, para aqueles que
1183 estão um pouco mais distante e não estão enxergado, e o verde claro é o
1184 coletado. Então, nós podemos ver que ainda há uma perda, ainda há uma gordura
1185 a ser trabalhada. Infelizmente nós temos tido, nós tivemos até uns 6, 5 anos atrás,
1186 um programa constante dentro do Ministério do Meio Ambiente, de capacitação
1187 dos órgãos estaduais e municipais por cumprimento dessa norma. Devido aí à
1188 publicação da Política de Resíduos Sólidos e a ampliação dessa agenda com uma
1189 extensão das responsabilidades que correspondem ao Ministério do Meio
1190 Ambiente, e também devido a alguma dificuldade financeira, não foi possível
1191 manter essa atividade constante de capacitação dos OEMAs. Mas, eu apelo aqui
1192 aos representantes dos órgãos estaduais e municipais do meio ambiente, que
1193 fiquem sempre atentos e que nos procurem em relação ao cumprimento de
1194 normas de resíduos e principalmente dessa norma. Lembrando que o óleo

1195 lubrificante usado que contamina principalmente cursos d'águas é quase que uma
1196 tarefa em glória de ser recolhido e ser descontaminado, ao passo que se nós
1197 conseguimos controlar por meio do licenciamento ambiental a geração e a coleta,
1198 ele traz em efetivo cumprimento da norma e uma redução efetiva do dano
1199 ambiental. Então, nós vimos...

1200

1201

1202 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Zilda, por
1203 gentileza, questão do tempo, por favor.

1204

1205

1206 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Estou terminando, acho que
1207 faltam só dois slides. A projeção gradativa do aumento do percentual mínimo de
1208 coleta, ela foi atendida. É expressivo o avanço, sempre foi uma dificuldade nossa
1209 Região Norte e Nordeste, e Centro-Oeste, nós observamos, outras vezes eu
1210 estive aqui fazendo esse mesmo relato, e falava que tínhamos atingido a meta
1211 nacional, não tínhamos atingido as metas regionais, e dessa vez conseguimos
1212 atingir e ultrapassar, inclusive, as metas em regiões onde temos mais dificuldades
1213 de transporte, de coleta, os próprios coletadores têm dificuldade de chegar a
1214 alguns pontos, mas houve uma superação. Aí é um retrospecto rápido, Presidente,
1215 da série histórica. Então, nós podemos ver que houve uma evolução, vocês
1216 poderiam me dizer assim: mas houve uma evolução do comercializado e hoje ele
1217 está em decadência, pela situação econômica do País. Mas houve um efetivo
1218 aumento da coleta do óleo lubrificante usado. O próximo é mais um gráfico que
1219 representa em verde a Região Norte, a Nordeste, nós podemos ver que algumas
1220 regiões houve uma estabilização, mas principalmente nas regiões mais críticas há
1221 um crescimento da coleta, o que nos deixa felizes, mas o trabalho não acabou. E
1222 a Resolução também prevê um grupo de monitoramento permanente, com a
1223 participação do setor empresarial, da sociedade civil, de órgãos do Governo
1224 Federal, Ibama, ANP, Ministério de Minas e Energia, e representantes da Anama e
1225 Abema. E aqui eu queria fazer de público, Presidente, uma justificativa, há uma
1226 previsão na Resolução de reuniões, de 4 reuniões anuais, normalmente nessas
1227 reuniões o Ministério vinha financiando os representantes de Anamma, Abema e
1228 sociedades civil, com os recentes cortes no nosso orçamento, e com o tempo que
1229 esse esse departamento o qual estou à frente do Ministério, de Qualidade
1230 Ambiental e Gestão de Resíduos tem despendido em outros temas da Política de
1231 Resíduos Sólidos, tais como revisão do Plano Nacional, negociações de acordo
1232 setoriais, desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Sobre Resíduos
1233 Sólidos dentre outros, nós não temos conseguido manter o nosso compromisso de
1234 fazer 4 reuniões anuais. E também lembrar, nesse último slide, que a ANP colocou
1235 um sistema que passa a ser obrigatório a partir de 2016, em que todos os produto
1236 regulados e os agentes que comercializam esses produtos e aí serve para
1237 comerciantes e re-refinadores, coletores, eles têm que se reportar e declarar junto
1238 ao sistema que se chama Simples, Sistema de Informações de Movimentação de
1239 Produtos, que é administrado pela ANP. E o último é o total das fiscalizações e os
1240 autos que foram lavrados pelo Ibama, esse é realmente o último, o Ibama no ano

1241 de 2016 lavrou 44 autos de infração referentes ao não cumprimento dessa norma,
1242 que o total dos autos é de 7.102.500. Foram 44 empresas autuadas. Muito
1243 obrigada e fico à disposição para esclarecimentos.

1244

1245

1246 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Zilda.
1247 Parabéns mais uma vez pelo trabalho. Chamo agora para o informe os
1248 companheiros do ANA, Maurício e Volney, por gentileza. Aí senhores, sei que é
1249 difícil competir com a fome, mas nós tínhamos o informe final da minha do Serviço
1250 Florestal Brasileiro sobre os Programas de Regularização Ambiental, com isso nós
1251 encerramos a reunião.

1252

1253

1254 **O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (ANA)** – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia à
1255 Dra. Suely. Bom dia, Dolabella. Senhoras e senhores Conselheiros, é um prazer
1256 estar de volta aqui. E hoje eu pretendo rapidamente aqui fazer uma exposição
1257 sobre o que nós temos chamado de projeto legado rumo ao 8º Fórum. Acho que
1258 como é de conhecimento de todos, nós o ano que vem, em março, devemos ter
1259 aqui no Brasil o 8º Fórum Mundial da Água, e todo esse processo de preparação
1260 que já vem algum tempo, nós tivemos agora recentemente o encontro dos *Stack*
1261 *Rolders*, do 2º Encontro Preparatório ao 8º Fórum, nós estamos trabalhando
1262 agenda também em convergência com esse processo de mobilização, que está
1263 ligado a uma agenda propositiva em relação ao aperfeiçoamento das normativas,
1264 da legislação relacionados a recursos hídricos. Porque isso quem está no
1265 Conama, tenho participado da CNRH, tenho participado da estruturação das
1266 nossas políticas públicas de uma forma geral de meio ambiente, de recursos
1267 hídricos, que toda a inter-relação com as políticas setoriais, nós vemos que existe
1268 uma grande necessidade de começarmos a olhar de uma forma mais convergente
1269 para esse mundos e esses sistemas que muitas vezes têm muita dificuldade de
1270 dialogar. Então, na área, sobre a ótica de recursos hídricos nós temos questões
1271 específicas que precisam ser trabalhadas, e por outro lado existe a necessidade
1272 de termos uma melhor convergência e articulação com as políticas setoriais e com
1273 a Política de Meio Ambiente. E para isso nós temos os instrumento, as
1274 ferramentas que estão no nosso sistema. E a necessidade de avançarmos numa
1275 visão mais propositiva porque eu tenho já acompanhado, e a própria Agência
1276 Nacional de Águas tem, e todos vocês têm acompanhado uma série de
1277 diagnósticos que nós temos. Então, nós sabemos de problemas que nós
1278 enfrentamos na aplicação da outorga, questões relacionadas à efetividade, muitas
1279 vezes as metas, dificuldades, nós temos os nossos Conselhos, o Conselho de
1280 Recursos Hídricos, questões relacionadas à estruturação dos próprios Comitês de
1281 Bacia em nível nacional, onde nós temos aí uma diversidade muito grande de
1282 problemas e como é que nós priorizamos esse processo de estruturação. Então,
1283 pensando nisso, eu posso passando aqui ou passa daí? Pode ir avançando, nós
1284 estamos já há algum tempo curando uma metodologia, isso começou no final ano
1285 passado, outubro do ano passado, internamente na ANA nós começamos a nos
1286 debruçar, olha, quais são as questões que fariam diferença hoje na situação que

1287 nós vivemos de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos? E aí
1288 fomos atrás dos diversos diagnósticos que nós temos aí elaborados durante esses
1289 últimos anos, e levantamos alguns pontos e algumas propostas. O que gerou o
1290 que chamamos de um documento zero. E esse documento zero nós
1291 disponibilizamos já no site da ANA, e lá nós temos uma plataforma onde podem
1292 ser feitas contribuições, cada um, cada cidadão, cada instituição pode entrar e
1293 fazer contribuições em cima dessa agenda de propostas para o aprimoramento da
1294 Política de Recursos Hídricos, e como nós podemos fazer com que isso ganhe
1295 uma dimensão e um movimento em relação a esse 8º Fórum Mundial da Água.
1296 Dentro dessa lógica nós já fizemos uma série de reuniões, tivemos reuniões com
1297 algumas Organizações Não Governamentais, tivemos reuniões com o setor do
1298 indústria, com o setor de saneamento, tivemos reunião com a CNI lá em São
1299 Paulo, tivemos reunião com o setor de energia, o setor que aquaviário, semana
1300 que vem vamos ter uma reunião com o setor de agricultura e irrigação florestal, e
1301 devemos continuar esse processo até novembro deste ano, onde nós
1302 pretendemos fazer uma reunião Plenária a partir de um documento que está
1303 sendo aprimorado gradativamente, quer dizer, nós temos já uma segunda versão
1304 que já foi encaminhada a vários participantes dessas reuniões que nós já
1305 estivemos com esses grupos setoriais, e esse processo é um processo que tende
1306 fazer essa converge e levar para o 8º Fórum a possibilidade de nós termos uma
1307 contribuição e um legado num sentido muito propositivo de evolução da nossa
1308 legislação. Queria assim, essa é uma versão ainda muito... Foi a versão zero que
1309 nós disponibilizamos, nós já avançamos bastante nessa estruturação aí das
1310 questão, mas têm questões que são muito ligadas a uma preocupação do setor de
1311 recursos hídricos. Aí nós temos aí a questão da segurança e infraestrutura hídrica,
1312 como nós podemos fazer uma melhor atuação nos momento de crise, de conflito
1313 como nós estamos vivendo hoje na Bacia do São Francisco, que é uma situação
1314 muito difícil que nós estamos vivendo hoje, como nós compatibilizamos no
1315 momento de crise essa questão da dominialidade federal, dominialidade estadual,
1316 das muitas vezes incompatibilidades ou a falta de uma visão mais operacional
1317 com os nossos próprios Planos de Bacia. Nós temos alguns aspectos que nós
1318 estamos levantamos, que têm aparecido vários diagnósticos, o papel e
1319 funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nós aí estamos
1320 propondo que todos os Estados hoje passem a ter assento no Conselho Nacional
1321 de Recursos Hídricos, hoje existe, muitas vezes, o Acre é suplente do Rio de
1322 Janeiro, São Paulo é suplente de um outro Estado, e muitas vezes esses Estados
1323 têm diferenças e fica difícil falar em Conselho Nacional onde os Estados que têm
1324 um papel importantíssimo nesse processo de pactuar e depois implementar,
1325 muitas vezes não estão presentes. Então, também a ideia de trazer a
1326 representação dos Municípios que é outro aspecto que apareceu bastante nas
1327 discussões que nós fizemos durante esse tempo. Então, existe uma discussão
1328 sobre o Conselho Nacional. Esse aspecto da gestão participativa e aí como
1329 adequar a estruturação de comitês em cima, às vezes, de questões mais nos
1330 focadas nos conflitos que nós temos numa Bacia Hidrográfica, como fazer esse
1331 processo. E depois têm algumas questões específicas do Sistema de Recursos
1332 Hídricos com relação ao (...) avaliada financeira, a necessidade de aumentar a

1333 participação da sociedade que não pode se dar simplesmente através do
1334 Conselho, mas numa Conferência Nacional de Águas. Esse terceiro ponto que eu
1335 acho que talvez fosse o ponto fundamental de nós conseguirmos desenvolver no
1336 âmbito de uma melhor relação com os Estados, os Municípios e o próprio
1337 Conselho Nacional dessa integração com a Política de Meio Ambiente, o que nós
1338 podemos fazer são aspectos que muitas vezes se fala, mas nós temos muitas
1339 dificuldades em fazer uma melhor convergência. E aí chamar atenção que essa
1340 integração não é transformar tudo em uma coisa só, é manter a identidade da área
1341 de recursos hídricos, a área de meio ambiente, mas nós trabalharemos uma melhor
1342 articulação desse processo. A mesma coisa com as políticas setoriais, aí os
1343 Planos de Bacia, o Plano Nacional, existe uma série de propostas que vou
1344 deixando depois essa apresentação para vocês, cada uma delas tem um... Onde
1345 vamos mexer, onde nós propomos melhorias, é na lei da Política Nacional de
1346 Recursos Hídricos? É em uma Resolução específica do Conselho Nacional?
1347 Então, existem várias propostas que estão aí colocadas. Nós temos aí os
1348 instrumentos de gestão, então, questões relacionados à implementação da Rede
1349 Nacional de Qualidade da Água, aperfeiçoamento de instrumentos de
1350 planejamento, que eu já mencionei, a questão dos Planos de Bacia. A discussão
1351 da capacitação e aí a criação de uma Universidade Aberta da Água, e questões
1352 que nós também achamos importante de avançar e que tem uma interface
1353 também com os aspectos tratados nesse Conselho, uma conservação e água e
1354 reuso, e a experiência que nós estamos tendo com o modelo de pagamentos por
1355 resultados que têm embasado vários projetos da Agência Nacional de Águas
1356 como o Pró Gestão, o Quali Água, o próprio Comitê, que procuram trabalhar essa
1357 visão de remuneração e resultados, tem simplificado muito a implementação e o
1358 acompanhamento desses projetos. Então, só para avançar aqui, pode ir um pouco
1359 mais, aqui, por exemplo, são exemplos de como nós estamos metodologicamente
1360 enfrentando esse processo de discussão. Cada uma dessas questões tem um
1361 constatação, ela tem um resumo da proposta e ela tem claramente ali os
1362 instrumentos onde nós estamos propondo que sejam feitas melhorias. Então, aí no
1363 caso da atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento em Momento de Crise
1364 existe lá objetivamente o art. 4º da lei 9984, o que nós iríamos propor de
1365 melhoria? Não vou entrar nessas questões aqui porque cada uma dessas aí tem
1366 uma proposta. Mas o que eu queria fundamentalmente hoje é convidar a todos
1367 para que acessem plataforma que nós temos lá no site, onde esse documento
1368 está disponível, que apresentem contribuições, e que nós vamos ter uma reunião,
1369 o Ministro deverá coordenar interna nossa no âmbito, com o Instituto Chico
1370 Mendes, o Ibama, onde nós também deveremos fazer uma discussão no
1371 Ministério procurando ver se existem propostas, existe possibilidade, nós termos
1372 uma convergência entre essas diversas necessidades que nós temos, nós temos
1373 na ANA agora uma série de acordos de cooperação com o Ibama, com o Instituto
1374 Chico Mendes, justamente procurando trazer uma maior proximidade dessa
1375 questão da gestão de recursos hídricos da dimensão ambiental, e por outro lado
1376 nós estamos propondo para o próprio sistema questões que a ANA deverá em um
1377 curto espaço de tempo nós devemos estar editando uma Resolução, isso não é
1378 uma questão de legado porque é da ANA, agora que vai na interface com os

1379 Estados é uma discussão que nós temos que pactuar. A ANA deverá editar
1380 brevemente uma Resolução tratando a questão de outorga onde não será mais
1381 admitido o lançamento de efluentes *in natura*, outorga com efluentes *in natura*,
1382 isso será vencido, é uma discussão que nós fizemos dentro da Agência e vimos
1383 que não há mais sentido, mesmo que haja a capacidade de suporte, continuar
1384 nesse processo de outorgar efluentes de saneamento sem tratamento. Então, são
1385 aspectos que nós vemos que podem ajudar nesse processo de convergência,
1386 esse olhar mais geral, porque nós não estamos em revisar, em rever, o que nós
1387 estamos tentando fazer agora e justamente é juntar força e criar uma
1388 convergência, aproveitar esse momento que é o Fórum Mundial da Água para que
1389 tenhamos uma agenda propositiva e consigamos, já vou concluir, Presidente, que
1390 nós possamos realmente ter esse processo que é um processo participativo e um
1391 rede formulação, um processo de formulação compartilhado com todos. Eu queria
1392 agradecer a oportunidade da estar aqui com todos e deixar, tem uma série de
1393 outras questões, nós vamos ter aí a discussão de segurança de barragem que
1394 também está, que também é pertinente a esse... Não trouxe esse ponto, mas nós
1395 estamos revendo, estamos propondo algumas revisões na própria legislação e
1396 revisão de segurança de barragem, justamente para adequar e dar o melhor
1397 marco para que nós possamos operacionalizar e pactuar esse processo aí
1398 tecnicamente e organizar melhor o aspecto institucional também, os papéis de
1399 todos para poder criar a capacidade e uma agenda que não seja só uma agenda
1400 emergencial, mas que realmente seja uma agenda de visualize o médio e longo
1401 prazo. Eu acho que seriam essas questões. Queria agradecer mais uma vez,
1402 deixar muito claro essa importância da participação de todos, esse processo ele
1403 deverá continuar até novembro onde nós deveremos ter aí uma Plenária que vai
1404 definir um documento que nós encaminharemos para essa discussão no âmbito
1405 do momento do Fórum Mundial da Água. Obrigado a todos.

1406
1407

1408 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1409 Volney. Eu tenho duas inscrições, e depois eu passo ao último informe. Por
1410 gentileza, Soares e o Doutor Bocuhy.

1411
1412

1413 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Pois bem, a questão da
1414 água, nós que somos do Nordeste, da Região do Semiárido é um caso de
1415 calamidade pública. O Nordeste todo e o Piauí no momento está com problema
1416 sério, inclusive o Governador estaria decretando, o pessoal da ANA estaria
1417 decretando 40 Municípios que cada pessoas só receberia, só teria acesso a 40
1418 litros de água por dia. A água racionada em vários Município onde não existe mais
1419 água. Mas essa questão da água, nós citamos na nossa fala, que o Comitê da
1420 bacia do Rio Parnaíba, que sempre nós temos cobrados da ANA, inclusive, com o
1421 empenho da ANA durante esses 15 anos não foi possível viabilizar a instalação do
1422 Comitê da Bacias do Rio Parnaíba. Eu acho que a ANA teria que começar
1423 priorizando a instalação de todos os Comitês de Bacia, que estão por aí, que
1424 nunca foram instalados. Nós aqui já levantamos no Conama uma proposta que no

1425 passado era o Conama, era o Conselho Nacional de Meio Ambiente e dos
1426 Recursos Hídricos. Nós chegamos a propor aqui a unificação dos dois Conselhos,
1427 e o Conselho Nacional de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, até que eu
1428 digo sem água não tem floresta e sem floresta não tem água. Não dá para separar
1429 o meio ambiente dos recursos hídricos. Essa questão deveria ser discutida porque
1430 não dá para se discutir a política da água de um lado e a do meio ambiente do
1431 outro. Porque sem a mata ciliar e sem a floresta não vai ter água e sem água não
1432 vai ter mata ciliar. Pois bem, essa união, mas dizer também que nós tivemos a
1433 felicidade de há 15 anos fazer o 1º Seminário da Água no Piauí que nasceu um
1434 slogan que virou nacional, Água é Vida. Sem água não tem vida. E a situação do
1435 Nordeste, no semiárido, você compra uma garrafa de refrigerante mais barato que
1436 uma garrafa de água, um galão de água é mais caro que um galão de refrigerante.
1437 É só isso. Obrigado.

1438

1439

1440 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,
1441 Soares. Vou finalizar essa parte o informe com o Doutor Bocuhy, pedindo também
1442 novamente a gentileza da brevidade para nós podermos não concorrer muito
1443 gravemente com a fome.

1444

1445

1446 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só dizer para os
1447 senhores que assim como vai haver o Fórum Mundial da Água, que é o fórum
1448 oficial, que nós chamamos o Fórum das Corporações, porque já tem uma tradição
1449 de ser alimentado pelo Conselho Mundial da Água, há muitos interesses
1450 econômicos nesse processo, então, há necessidade também de uma
1451 contraposição que seria uma contraposição de água como direito humano
1452 fundamental, e nós estamos promovendo o Fórum Alternativo Mundial da Água
1453 simultâneo ao Fórum Mundial da Água. O Fórum Mundial da Água ocorrerá em
1454 Brasília de 18 a 23 de março de 2018 e o Fórum Alternativo Mundial da Água em
1455 Brasília de 17 a 19 de março de 2018. Então, essa perspectiva de discussão da
1456 água como um bem comum, como um direito garantido às populações,
1457 estabelecido na Resolução das Nações Unidas o direito ao saneamento também
1458 estabelecido em Resoluções das Nações Unidas, e os nossos dispositivos
1459 constitucionais de proteção da água têm que ser objeto de uma discussão pela
1460 sociedade, visando três aspectos que nós entendemos fundamentais, o primeiro é
1461 a água como direito comum e esse é um embate jurídico, a criação de um termo
1462 de referência jurídico para essa discussão. O segundo ponto é a abordagem mais
1463 científica, que é uma abordagem mais ecossistêmica que nós sabemos que nós
1464 temos um ecossistema continental e esse ecossistema precisa ser preservado
1465 inclusive nas questões de transposição de unidade da Amazônia e etc. É uma
1466 visão bem maior do que apenas você ter um Plano Nacional de Segurança Hídrica
1467 onde você vai buscar água onde tem, tubula para a população, transpõe de outras
1468 bacias e etc. A visão tem que ser maior, tem que ser ecossistêmica. E o terceiro
1469 ponto que nós entendemos fundamental nessa discussão é a questão da
1470 mobilização social, da participação social, do empoderamento da sociedade que é

1471 quem consome a água, que é quem consome, acaba sofrendo os efeitos nocivos
1472 das crises de água e etc. Chamando atenção aqui para o Plano Nacional de
1473 Segurança Hídrica que está em projeto, está avançando hoje através de um termo
1474 de referência, mas ainda tem uma visão apequenada, não atinge uma visão
1475 ecossistêmica que teria a dimensão necessária para se estudar em termos de
1476 Brasil. Nesse sentido nós estamos trabalhando o Fórum Mundial da Água muito
1477 fortemente, os países do Sul, Argentina, Uruguai, Paraguai, que fazem parte do
1478 Mercosul e os debates do direito ambiental sobre a água como direito humano
1479 fundamental estão correndo com a universidade na Argentina e aqui em São
1480 Paulo vão ocorrer na Procuradoria da República de São Paulo. A parte científica
1481 vai ocorrer na Universidade de Buenos Aires em contraposição a algumas
1482 universidades do Brasil também. Então, caso os senhores queiram se informar
1483 dessa realização do Fórum Alternativo Mundial da Água que deve reunir 5000
1484 especialistas em Brasília, de 17 a 19 do ano que vem, podem olhar não site do
1485 PROAM, que é PROAM, www.proam.org.br, lá tem a logomarca do evento, tem
1486 toda, uma carta também chamamento aos povos que traz os princípios que nos
1487 levaram a realização do Fórum Alternativo Mundial da Água em consonância com
1488 os franceses, com os alemães, com os coreanos, com o pessoal do Canadá que
1489 já realizou os Fóruns Alternativos Internacionais nos anos anteriores. Então, fica o
1490 convite para quem quiser ter uma visão mais independente do processo, de um
1491 espaço cidadão real para discussão, tenha esse espaço que é o que está sendo
1492 criado por esta ampla coalizão de ONGs, sindicatos, o pessoal da Igreja, enfim,
1493 tem toda uma linha de articulação.

1494

1495

1496 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1497 Bocuhy. Bom, eu vou finalizar então a reunião com o informe do Serviço Florestal
1498 Brasileiro, esse informe quem faria seria eu, mas como eu estou mediando,
1499 moderando a reunião, eu vou vou pedir à engenheira florestal Janaina para fazer a
1500 apresentação. Eu queria registrar com muito orgulho a presença da Equipe de
1501 CAR, Leandro, Gustavo, Pedro, Bernardo, Gabriela, a Rejane, a Tati, o Diretor da
1502 Área que é o Carlos Eduardo e a presença de duas desenvolvedoras do sistema,
1503 que é a Aline e a Bárbara, que são da Universidade Federal de Lavras, que são
1504 aquelas pessoas que fazem o que nós não vemos, disse que a televisão que você
1505 vê é feita por gente que você não vê. Então, esse é o povo que nós não vemos,
1506 vocês estão cansados de me ver falando, mas, na verdade, quem faz são eles.
1507 Então, a Janaína vai fazer uma apresentação, para quem tiver interesse na
1508 apresentação ela vai estar no pendrive para quem quiser levar o material. O último
1509 registro é que nós estamos fazendo o lançamento no Conama de várias entregas
1510 a respeito de CAR, desculpa, a Iri, também está ali, da Área de Comunicação, a
1511 Margareth. Isso aqui está disponível no pendrive, nós achamos por bem lançar no
1512 Conama essas entregas porque nós temos entendemos que aqui é um fórum
1513 plural, onde os Estados participam, o terceiro setor e é uma chance de
1514 mostrarmos um pouco o nosso trabalho. No final, Soares e Bocuhy nós vamos
1515 apresentar rapidamente o aplicativo Plantadores de Rios, que é slogan é Plante
1516 Florestas Colha Água, um aplicativo que nós vamos apresentar aqui muito

1517 interessante do que foi apresentado a respeito de importância da gestão dos
1518 recursos hídricos. Janaina, por favor.

1519

1520

1521 **A SR^a. JANAÍNA (Serviço Florestal)** – Bom dia. Obrigada, Deusdará. Bom dia,
1522 Suely. Bom dia ao Plenário. Agradecemos a oportunidade de estar fechando esse
1523 mês do meio ambiente com a apresentação para esse grupo, das entregue que ao
1524 longo do mês de junho a equipe do Cadastro Ambiental Rural, então, fez aí à
1525 sociedade brasileira. Então, no nosso último boletim que consolida os dados até
1526 31 de maio de 2017, nós já estamos aí acima de 4 milhões de imóveis
1527 cadastrados, colocando como base a área do censo agropecuária IBGE nós já
1528 ultrapassamos os 100% esperados. Então, nós consideramos que a fase de
1529 cadastramento é uma fase que está concluída ou em fase muito próxima a sua
1530 conclusão. E as entregas que nós consolidamos para trazer para vocês nesse
1531 mês de junho, são entregas referentes à próxima fase, então, que é a melhoria da
1532 qualidade, a depuração dessa base desses cadastros que foi feita, a análise e uso
1533 de tecnologias para que facilite isso para os órgãos ambientais nos Estados, e
1534 também os passos do que realmente nos interessa que é conservação das áreas
1535 com vegetação nativa no nosso País e a recomposição delas a partir dos
1536 Programas de regularização Ambiental. Bom, então, nós estamos, durante esse
1537 mês de junho nós estamos incluindo as inscrições de primeira turma hoje, na
1538 segunda-feira já começa a primeira turma do CapCar Análise que é um curso de
1539 capacitação semipresencial oferecido para 300 técnicos dos órgãos ambientais
1540 em todo o país com ferramentas para facilitar e criar intimidade desses analistas
1541 ambientais com a ferramenta de análise do Sicar. Esse curso também tem uma
1542 etapa presencial, está sendo apoiado pela Agência de Cooperação Alemã, a GIZ,
1543 essa parte que chamamos pacote completo de implantação assistida da análise
1544 em todos os órgãos ambientais do País. Também alertas com base em filtros
1545 automáticos do próprio sistema, de forma a melhorar a comunicação das próprias
1546 base do Sistema Sicar diretamente com o produtor e com a sociedade de uma
1547 forma geral, demonstrando aí quais os cadastros que têm algum tipo de restrição,
1548 se tem sobreposição entre eles ou com alguma área que tenha sobreposição
1549 restrita. As bases de referência que no caso de identificar, então, aí alguma
1550 inconsistência o produtor rural por meio da Central de Comunicação, Central do
1551 Proprietário Possuidor poderá fazer download dessa base de referência e utilizar
1552 ela como uma base, de forma a conseguir qualificar melhor o seu cadastro,
1553 consertar porventura algum erro ou melhorar o posicionamento de acordo com
1554 outras fontes de informação que vão estar disponíveis para ele fazer essa
1555 retificação. O módulo de PRA que é então o módulo off-line também, uma
1556 aplicação que é instalada nos próprios computadores a modelo do que foi feito
1557 durante o cadastro, em que agora os produtores rurais vão poder dizer dentro dos
1558 seus imóveis quais são as áreas a serem regularizadas, e exatamente onde vai
1559 ser recomposta a vegetação, onde vai ser o plantio, os ciclos, gera proposta
1560 simplificada com esse cronograma, onde vai ser compensado, no caso de
1561 compensação ou aquisição de cotas de reserva ambiental já delimitar dentro do
1562 móvel quais são exatamente essas áreas que avancemos no monitoramento e na

1563 possibilidade de apoio, especialmente aos imóveis até 4 módulos fiscais e povos e
1564 comunidades tradicionais, para essa fase agora de recomposição da vegetação
1565 nativa. E o aplicativo Plantadores de Rios, que foi citado pelo Deusdará, que foi
1566 lançado no último dia 05 de junho que é uma aplicação em construção que faz
1567 parte de um programa que nós vamos apresentar detalhadamente mais à frente.
1568 Bom, então, quanto ao CapCar Análise esse é um ambiente de inscrição, então,
1569 nós estamos com ele estruturado em 5 turmas, a primeira subsequente, a
1570 segunda subsequente à primeira, a terceira à segundo e a quarta e a quinta
1571 turmas serão concomitantes. Haverá momentos presenciais, é um curso que não
1572 é totalmente EAD, ele é semipresencial e a primeira turma inicia o treinamento na
1573 segunda-feira. São 300 vagas, como eu disse. Os alertas dos filtros automáticos
1574 do Sicar, num primeiro momento eles estão estruturados dessa forma. Então, nós
1575 temos aí outros imóveis do Sicar em relação a imóveis rurais, assentamentos e
1576 povos e comunidades tradicionais com os seus respectivos limite de tolerância,
1577 num primeiro momento eles vão receber as mensagens, entretanto eles não vão
1578 ser alterados para pendentes, na expectativa de que os produtores façam as suas
1579 retificações antes da próxima fase que será, então, aí avançar para uma
1580 pendência automática que vai ensejar um prazo de cumprimento disso.
1581 Inicialmente eles vão estar recebendo as mensagens, mas não vão estar se
1582 tornando pendentes. Entretanto, os imóveis rurais que se sobrepuserem a
1583 Unidades de Conservação de domínio público que não admitem imóveis rurais no
1584 seu interior, terras indígenas ou áreas embargadas pelo Ibama, se tornarão
1585 pendentes. No caso dos assentamentos da reforma agrária e dos povos e
1586 comunidades tradicionais, nessa primeira fase eles não se tornarão pendentes,
1587 entretanto, receberão aí as mensagens de alerta para prover justificativas ou
1588 retificações, se for o caso, minto as informações que a própria memória do
1589 Sistema Sicar faz o cruzamento e informa o produtor. Bom, então, os filtros
1590 automáticos eles são comunicados aos produtores por meio d Central de
1591 Comunicação do Proprietário Possuidor, em que recebendo esse alerta ele
1592 consegue prover ações tanto de justificativa como de retificação por dentro dessa
1593 central. O layout do alerta, então, quando é recebido é esse, ele indica quais são
1594 as sobreposições, se no caso desse imóvel ele está sobreposto a uma Unidade de
1595 Conservação Reserva Biológica do Rio Descoberto, por exemplo, e já dá também
1596 recomendações para atendimento e para justificativa, se for o caso, para essa
1597 inconsistência identificada pelo alerta automático. Para prover subsídios aos
1598 produtores que se inscreveram e que, porventura, o sistema identificou essas
1599 pendências, foi desenvolvido um ambiente chamado de base de referência, que
1600 também está disponível na Central do Proprietário Possuidor e que essa nova
1601 funcionalidade está colocada nos botões principais em que ao clicar ele gera toda
1602 a base de referência de Unidades de Conservação, terras indígenas, imóveis
1603 vizinhos, áreas consolidadas, ou seja, áreas que foram desmatadas até 2008
1604 pelas bases da referência oficiais ou classificação de imagem de satélite, que
1605 temos na memória do Sicar e coloca isso à disposição o produtor. A partir do
1606 momento em que ele gera essa base, a base é enviada de firma organizada para
1607 o e-mail dele e o sobe um arquivo que tem a extensão ponto CRE, ele pode subir
1608 isso no ambiente de cadastro e ver todas essas bases de referência como uma

1609 sombra, para que ele retifique o cadastro dele em cima desses sinais de
1610 referência. Tem uma ilustração, então, para ver a base de referência já dentro do
1611 ambiente de cadastro, por exemplo, nesse caso está carregado a base da
1612 referência de áreas consolidadas. Então, o imóvel rural consegue ver que tudo
1613 aquilo ali que está em linhas azuis ou azulado foram áreas desmatadas até 2008,
1614 isso com base em classificação supervisionada de imagem de satélite LandSat
1615 2008. Em data mais próxima ao 22 de julho, colocados pelo Código Florestal. Aí
1616 nós temos, então, esse imóvel ele está sobreposto a outros imóveis e nós temos
1617 aí nesse pontilhado amarelo o imóvel em questão é esse que está com a reserva
1618 legal ligada ali, que é aquela parte verde, esse é o imóvel em questão. A base de
1619 referência, por exemplo, de outros imóveis sobrepostos são esses pontilhados
1620 amarelos em que ele pode verificar, se for o caso de fazer justificativa ou
1621 retificação utilizar essa base de referência como suporte. Então, o módulo de PRA
1622 que é então o próximo passo a partir do cadastro e da validação dessa base, o
1623 que nos interessa, recuperação e conservação das nossas florestas e vegetação
1624 nativa. O PRA tem alguns passos, essa linha do tempo, das etapas do PRA está
1625 disponível também no nosso site. Então, ele acessa a Central do Proprietário
1626 Possuidor, lá dentro ele vai ter uma nova aba dentro da Central que se chama Aba
1627 Regularização Ambiental, a partir dessa aba regularização ambiental ele tem a
1628 possibilidade de fazer um download de um arquivo que tem a extensão ponto
1629 ANA, de análise. Então, ele baixa o arquivo com a memória da análise automática
1630 do sistema. E aí a partir desse arquivo o sistema propõe para o produtor qual é o
1631 passivo que foi identificado a partir da memória da análise do sistema ou do
1632 próprio analista ambiental, se o cadastro já tiver passado pela análise do Estado, a
1633 partir dessa proposição dos passivos ele concordando com esses passivos ele
1634 consegue proceder a proposta dele de regularização dentro de um módulo PRA
1635 que é a próxima etapa, que é um executável off-line que fica disponível no
1636 computador para ser utilizado dentro das fazendas, nas zonas rurais, tal qual foi o
1637 ambiente de cadastramento. A partir desse momento, finalizada a proposta de
1638 PRA é enviada para a base do sistema via Internet, como foi feito com o cadastro,
1639 o órgão ambiental recebe essa proposta e daí então nós vamos ter o ambiente de
1640 monitoramento e de validação, de acompanhamento dessas propostas de
1641 regularização. Então, o início da adesão na Central do Proprietário Possuidor que
1642 tem esse layout e traz o cálculo do passivo a regularizar, a declaração de
1643 concordância com o passivo calculado e o download aí a partir da concordância
1644 com o passivo ele consegue fazer um download do arquivo ponto ANA. É
1645 importante frisar que a partir do momento em que ele faz o download do arquivo
1646 ponto ANA, o cadastro dele fica bloqueado para retificações. Então, ele precisa, os
1647 alertas estão no layout do sistema para que as retificações sejam realmente
1648 procedidas antes de se fazer a proposta do PRA, para o cadastro estar o melhor
1649 qualificado possível para avançar para essa fase da regularização. Essa é a
1650 carinha do aplicativo já funcionando, aí a nossa equipe até preparou o notebook
1651 para fazer ao vivo para vocês, mas devido ao tempo exíguo nós colocamos as
1652 telas para demonstrar para vocês como está hoje. No pencaid que está à
1653 disposição nós colocamos também disponível o executável do PRA, arquivo ponto
1654 ANA, para que vocês possam fazer testes e simular à medida que vocês quiserem

1655 e os nossos contados do Serviço Florestal estão à disposição para esclarecer
1656 qualquer dúvidas que os senhores tenham. Então, essa é a primeira tela, da
1657 proposta simplificada da adesão. Nós fazemos da mesma forma que o ambiente
1658 de Cadastro, nós podemos fazer o download de imagens de satélite, ou de um
1659 disco, ou da Internet ou de um disco. Estão disponíveis. Nós selecionamos o
1660 Município, e a imagem é instalada tal como funciona o ambiente de cadastro. A
1661 partir desse momento nós importamos o imóvel. Então, nós estamos baixamos o
1662 arquivo ponto ANA, alguns produtores têm mais de um, o pessoal da assistência
1663 técnica rural vai ter vários imóveis para assistir. Então, para cada imóvel tem o seu
1664 arquivo ponto ANA, ele importa esse arquivo ponto ANA. A partir do SUCESSO
1665 NA importação do imóvel ele vai começar a fazer, então, aí a sua proposta de
1666 regularização. Então, a tela inicial da proposta de regularização resgata o mesmo
1667 que vimos na aba regularidade que é o cálculo automático do passivo, automático
1668 ou já depurado pela análise de um analista ambiental dos Estados. E aí a partir
1669 desse momento ele escolhe ele se vai fazer recomposição, ou a recondução da
1670 regeneração natural, ou vai fazer compensação, se há sanções administrativas
1671 que ele vai solicitar a suspensão a partir da proposta do PRA. Aí ele vai fazer o
1672 detalhamento dessas áreas, o imóvel pode ter as três propostas dentro do mesmo
1673 imóvel. Então, o mesmo imóvel pode plantar, pode conduzir a regeneração natural
1674 e pode fazer a compensação em diferentes áreas dentro do mesmo imóvel. Aí
1675 vem o detalhamento da regularização, o detalhamento dos passivos, o que você
1676 tem APP, o que tem reserva legal. A definição de um cronograma de compromisso
1677 também, ele seleciona lá ao tempo que ele vai levar para fazer aquela
1678 recomposição e aí automaticamente a aplicação vai dividir esse tempo deles em
1679 ciclos de não menos do que 1/20 avos da demanda ao longo desse tempo que ele
1680 está propondo a recuperação. Conforme descrito pelo Código Florestal. Então, aí
1681 partir da definição dos ciclos eles visualiza o cronograma. E visualizando o
1682 cronograma ele confirma que são mesmo esses ciclos dentro desse cronograma
1683 que ele vai fazer a proposta dele. Confirmado o ciclo ele vai para etapa de
1684 efetivamente propor o Geo de onde vai ficar dentro do imóvel cada um desses
1685 alternativas de recomposição. Então, ele define. Já no ambiente Geo. Aí nas
1686 alternativas ele vai propor tanto para reserva legal quanto para as Áreas de
1687 Preservação Permanente, quanto para áreas de uso restrito, quando houver. A
1688 partir de seleção ele vai dizer para recomposição ele vai conduzir a regeneração
1689 natural de espécies nativas, ele vai fazer o plantio de espécies nativas, o plantio
1690 de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural, ou ainda
1691 o plantio intercalado também com espécies exóticas que na rolagem não
1692 apareceu, no caso das reservas legal ou para APP, inclusive, em até 50% para
1693 imóveis até 4 módulos fiscais. Então, ele seleciona dentro da opção da alternativa
1694 que ele selecionou, ele seleciona, salva. E aí a partir desse momento ele tem lá o
1695 lapisinho editável para vetorizar realmente qual é a atividade que ele vai colocar
1696 ali. E isso é feito, então, para as diferentes alternativas dentro do imóvel, para
1697 cada um dos ciclos, reserva legal ou APP, ele vai definir o que ele vai fazer
1698 condução, o que ele vai plantar. E em cada área qual é a proposta que ele tem
1699 para fazer a regularização daquele território ali, e também para fins de
1700 compensação. No caso das reservas legais. Então, para cada ciclo ele repete

1701 quais são as áreas que ele vai atuar e quais as atividades que ele vai empregar
1702 naquelas áreas. Tanto para reserva legal, como eu disse, como para Áreas a
1703 Preservação Permanente, como para áreas de uso restrito. O ciclo de
1704 recomposição da Área da Preservação Permanente. E aí, então, ele tem à
1705 disposição dele aí a possibilidade de fazer a compensação das áreas para, enfim,
1706 informar os outros, para informar, então, a partir desse momento quais são as
1707 outras áreas ou outros cadastros que estão na base com excedente remanescente
1708 de vegetação nativa, que podem receber essa compensação. Então, aí ele
1709 cadastra a alternativa, se é cota, se é compensação em uma área de excedente,
1710 se é doação do imóvel para uma Unidades de Conservação, no caso de Unidades
1711 de Conservação que foram criadas em área que detinham imóveis rurais a título
1712 de propriedade anteriores à criação das unidades. Então, aí ele define as suas
1713 alternativas de compensação, pode cadastrar uma nova compensação, se for o
1714 caso. Aí já na finalização ele faz a solicitação, então, aí para sanções, quando
1715 houver, sanções, embargos, ele faz a solicitação, cita os processos, porque tudo
1716 vai abastecer uma minuta de termo de compromisso que vai ser gerada ao final do
1717 compromisso dele, do envio dele da proposta de regularização ambiental para a
1718 base do sistema. Então, têm as áreas de autos de infração, os dados de
1719 embargos, se for o caso, detalhes do auto de infração e embargos. E aí ele coloca
1720 a localização e informa qual é a localização da infração para que o analista
1721 ambiental, inclusive na hora de analisar a proposta dele para fins de celebração do
1722 termo de compromisso, tenha a exata localização das feições dos imóveis dele, o
1723 que ele propôs como regularização, e se isso condiz com a necessidade para que
1724 seja feita a suspensão dessa multas e embargos. Então, aí na finalização da
1725 proposta de compensação é gerado uma proposta simplificada com todos os
1726 dados que ele informou ali tanto de recomposição, quanto de compensação, e a
1727 proposta simplificada é gerada automaticamente para o sistema como uma forma
1728 de protocolo da proposição dele e é gerado um arquivo ponto PRA, como era o
1729 ponto CAR para o envio. E aí nós já temos o botão, o ambiente na central para
1730 que ele envie esse cadastro, entretanto, ele ainda está inativo porque o sistema
1731 ele está operacional desde 05 de junho, está disponível aos Estados e nós
1732 estamos homologando com as equipes dos OEMAs e nós pretendemos já agora
1733 no fim de junho colocar isso em produção, de forma que os agricultores vão poder
1734 começar já a partir do mês de julho/agosto enviar suas propostas e receber
1735 minutas de termo o compromisso para dar andamento a essa próxima face que é
1736 a suspensão dos passivo e a efetiva, a suspensão das infrações e o efetivo
1737 cumprimento da regularização dos passivos. Então, o layout da proposta com todo
1738 o seu detalhamento. Então, é enviado aí, como eu disse para vocês, por dentro da
1739 central, e o aplicativo Plantadores de Rios que foi uma iniciativa o Serviço
1740 Florestal Brasileiro junto ao Ministério do Meio Ambiente de forma a prover para a
1741 sociedade um ambiente de interação com as mais de 1.400.000 nascentes
1742 declaradas na base do Sicar, e mediante os cruzamentos que tínhamos com as
1743 nossas bases de classificação de quais nascentes têm déficit de vegetação nativa
1744 na sua Área de Preservação Permanente de 50 metros de raio. Então, dentro do
1745 aplicativo nós conseguimos visualizar nascentes verdes e vermelha, as vermelhas
1746 são as que têm algum déficit de remanescente de vegetação. Esse programa está

1747 estruturado no portal do Programa Plantadores de Rios, que é
1748 www.car.gov.br/plantadores-rios e lá vocês têm todas as informações, o passo a
1749 passo de como baixar o aplicativo. Então, pessoas físicas ou jurídica, de Governo,
1750 de qualquer das esferas, iniciativas do 3º setor, escolas, pastorais, sindicatos
1751 podem adotar nascentes na sua região de abrangência e essa adoção não
1752 necessariamente precisa ser uma relação de recurso financeiro, pode ser um
1753 apoio com cercamento, apoio com força de trabalho para coleta de sementes,
1754 produção de mudas, para plantio dessas mudas, às vezes para uma limpeza da
1755 nascente porque tem alguma espécie invasora, ou mesmo resíduos sólidos. E
1756 esse aplicativo ele faz de uma proposta de um programa estruturado em três eixos
1757 que nós carinhosamente batizamos de Manejar, que é então nós olharmos para os
1758 ativos florestais que nós temos, especialmente nos territórios de povos e
1759 comunidades tradicionais, são aí guardiões de grande diversidade e de fonte de
1760 insumo para que nós consigamos prover recomposição da vegetação nativa, o
1761 Muda que Muda que são ações de plantios, projetos que já estão acontecendo no
1762 País inteiro várias iniciativa e que nós tomamos a liberdade de consultar o site dos
1763 parceiros, as iniciativa que já estão públicas na Internet e trazer para o ambiente
1764 unificado um mapa dinâmico com todas as iniciativas que estão acontecendo no
1765 País, iniciativas do Fundo Amazônia, da ANA com produtor de água e diversas
1766 iniciativa de Municípios, nossos projetos no Serviço Florestal, apoio de
1767 Cooperação Alemã, do Banco Mundial que está provendo a recuperação dessa
1768 vegetação ao longo do nosso País. E a participação social que envolve um grande
1769 plano de comunicação, que está sendo capitaneado pela nossa assessoria de
1770 comunicação do Serviço Florestal, e que envolve esse aplicativo de celular que é
1771 uma forma, na verdade, um ambiente de relacionamento, como o Deusdará gosta
1772 de dizer, de árvores que procuram nascentes para uma relação com sentimentos.
1773 Nós apelidamos ele, demos o nome para ele de Plantadores de Rios e o mote
1774 dele é Plante Árvore Planto Floresta e Colha Água. Então, as ações que estão em
1775 andamento são essas que eu coloquei para vocês, elas estão listadas ao final.
1776 Vale a pena ressaltar que nós iniciamos, nesse Plenário, que nós iniciamos nesse
1777 mês a execução dos projetos KFW CAT, que envolve os Estados do Mato Grosso,
1778 Pará e Rondônia, e o FIP CAR que envolve todos os Estados do Bioma Cerrado
1779 desde o Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, enfim, Goiás e Distrito
1780 Federal, Maranhão, Piauí, Tocantins, todos os Estados que têm Cerrado e que
1781 vamos estar atuando com essas atividades de recomposição da vegetação nativa,
1782 qualificação dos Cadastros Ambientais Rurais, completar o cadastro de quem
1783 ainda não veio para a base e em um esforço enorme para tornar o Código
1784 Florestal um grande instrumento de proteção da vegetação nativa. Aproveito para
1785 agradecer a equipe técnica, agradecer a UFLA, agradecer o aniversariante do dia,
1786 Dr. Deusdará, parabéns. Obrigada. E bom dia para todos.

1787
1788
1789
1790
1791

(Palmas!)

1792 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
1793 Desculpa, gente, eu acabei deixando que ela falasse um pouco mais que os
1794 outros, uma relação natural com a equipe. Tem um colega, Aladim, que pediu e
1795 está aqui, depois a Patrícia, está aberto para discussões e considerações finais.
1796 São 12h40.

1797
1798

1799 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (Governo do Estado do Espírito**
1800 **Santo)** – Boa tarde. Boa tarde a todos. O meu nome é Aladim, retornei ao
1801 Conama recentemente. Eu estou Secretário Estado de Meio Ambiente do Espírito
1802 Santo, pedi palavra em nome da Abema. Primeiramente gostaria de informar a
1803 vocês que ontem nós tivemos a eleição da nova Diretoria da Abema, e gostaria de
1804 congratular inclusive o nosso Presidente que assumiu ontem, que é o Dr. Tarcísio
1805 Massato, do Paraná. E informar da nossa Diretoria, eu sou o vice-presidente, por
1806 isso que eu estou pedindo a palavra aqui, e compõe também a Diretoria o Estado
1807 da Bahia, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná. Ok? Suely e Deusdará,
1808 a sua informação sobre o andamento do Licenciamento Ambiental causou uma
1809 discussão interna, trocamos mensagens e nós pedimos a oportunidade de falar
1810 um pouquinho, a Abema recentemente aprovou uma manifestação pública a
1811 respeito do projeto do licenciamento ambiental, foi a Abema que iniciou as
1812 discussões sobre a reformulação do licenciamento ambiental lá atrás e nós temos
1813 um posicionamento claro, e o objetivo de construção de diálogo, porque eu acho
1814 que a reformulação e a aperfeiçoamento do Licenciamento Ambiental é uma
1815 questão de interesse do País, de interesse de todos. Precisamos considerar que
1816 os Estados respondem por mais de 90% dos licenciamentos dos Estados, têm o
1817 seus Zoneamentos Ecológico Econômico, tem suas estruturas de dados dentro
1818 dos Estados. Uma questão que tem preocupado a todos nós é essa questão do
1819 art. 12, da definição das áreas em relação à questão da licença de localização, e
1820 eu gostaria de estar entregando aqui a carta da Abema à presidência do Conama,
1821 pedir, solicitar que ela entre dentro da ata da reunião, em função de que não cabe
1822 eu acho que nesse momento fazer a leitura de toda ela aqui, mas gostaríamos
1823 particularmente de solicitar ao Ministro e à você, pela capacidade de diálogo que
1824 vocês têm, que nós possamos ser ouvido e esses pontos sejam discutidos nesse
1825 processo de negociação que está acontecendo, porque o andamento nos
1826 preocupa e eu acho que é fundamental que nós tenhamos esse diálogo e a
1827 participação. Ok?

1828
1829

1830 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama)** –
1831 Eu vou responder de imediato, Aladim, a Abema tem sido ouvida e a questão do
1832 art. 12, não sei se eu fui bem clara, a tentativa é construir, não é nem a versão
1833 MMA e nem a versão do relatório Mauro Pereira, é na tentativa de ter uma minuta
1834 alternativa e a Abema ela está prevista assim que nós fecharmos essa alternativa
1835 para o art. 12 já está previsto chamar a Abema para uma reunião para debater
1836 especificamente essa questão.

1837

1838 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (Governo do Estado do Espírito**
1839 **Santo) – Ok, Suely, eu agradeço...**

1840

1841

1842 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama) –**
1843 **Isso já estava agendado para no início da semana que vem fazer alguns contatos**
1844 **com alguns autores estratégicos, e a Abema era a primeira da lista a ser**
1845 **chamada, só que nós precisamos, essa alternativa precisa estar redigida para**
1846 **facilitar essa negociação.**

1847

1848

1849 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (Governo do Estado do Espírito**
1850 **Santo) – Ok.**

1851

1852

1853 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do Ibama) –**
1854 **Mas não é aquela versão, não está mais valendo em tese nenhuma e nem outra, a**
1855 **tentativa é de um consenso.**

1856

1857

1858 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (Governo do Estado do Espírito**
1859 **Santo) – Ok.**

1860

1861

1862 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado,**
1863 **Aladim. Eu vou passar a palavra a Dra. Patrícia.**

1864

1865

1866 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) – Boa tarde a todos.**
1867 **Patrícia Boson, CNT. Eu venho aqui, Deusdará, e equipe toda aí do CAR, falar**
1868 **mais como cidadã do que como representante da CNT. Eu quero dar os parabéns**
1869 **pelo instrumento e pelo tanto que avançou, e me espanta muito nós termos um**
1870 **mundo do Século XXI na gestão ambiental e convivendo com o mundo de século**
1871 **XIX e XX. Eu acho muito estranho uma discussão até posta aqui pelo Secretário**
1872 **Aladim, de Licenciamento Ambiental, estar sendo discutido da forma mais arcaica**
1873 **possível no sentido de ser um instrumento puro de comando e controle,**
1874 **puramente cartorial, vários artigos para falar não primeiro para depois ver como é**
1875 **que faz, de costas para um instrumento como esse, quer dizer, sem a**
1876 **possibilidade de usar um instrumento como esse para poder fazer a verdadeira**
1877 **gestão ambiental. Mais uma vez o que está se encaminhando do conteúdo é**
1878 **transformar os gestores ambientais em despachantes ambientais, e querer que o**
1879 **empreendedor queira um carimbo apenas, apenas um carimbo, apenas uma**
1880 **licença para ele poder continuar operando. Não tem nada que possa atrair, trazer,**
1881 **utilizar essas ferramentas grandes, preciosas feito essa. Eu vou dar um dado para**
1882 **vocês de como é grande essa questão do CAR no Estado de Minas Gerais, que**
1883 **eu não sei se tem a potencialidades do que vocês estão fazendo. No Estado de**

1884 Minas Gerais 600.000 unidades rurais foram cadastradas no CAR, sabe quantas
1885 outorgas e cadastros o Estado de Minas Gerais tem registrado? 90.000. Então,
1886 olha a diferença de um instrumento baseado na inteligência com um instrumento
1887 baseado em um comando, em uma ordem, em um carimbo, como uma
1888 fiscalização ineficaz e que nunca vai ser boa pelo tamanho do nosso território. Eu
1889 acho que nós aqui temos que dar os parabéns, espero que os Estados avancem
1890 conforme isso, e espero que a Agência Nacional de Águas avance também nesse
1891 sentido. Esse programa que vocês apresentaram aqui de Plantando Rios deu um
1892 retrato cabal, enquanto na ANA tem um dia do rio, vocês disseram que têm 365
1893 dias. Obrigada.

1894

1895

1896 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dra.
1897 Patrícia. Eu consulto os senhores Conselheiros e Conselheiras se tem alguma
1898 dúvida, algum esclarecimento, alguma observação final? Não havendo eu declaro
1899 encerrada a reunião e agradeço muito a cordialidade que vocês tiveram comigo
1900 hoje na condução dos trabalhos. Muito obrigado, gente. Deus abençoe a todos.
1901 Obrigado.

1902

1903

1904 *(Palmas!)*